

F M R 2 1



Acção sindical,
linha de massas
e a actuação dos
comunistas

CADERNOS DE DEBATE

CADERNO DE DEBATES

REFERÊNCIAS PARA A 3ª SESSÃO DO CICLO DE PALESTRAS E DEBATES

A ACTUALIDADE DO PENSAMENTO DE FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

2021

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Francisco Martins Rodrigues - Acção comunista em tempo de maré baixa.....	5
Francisco Martins Rodrigues - Notas sobre a linha sindical.....	8
Francisco Martins Rodrigues - Pode haver um sindicalismo revolucionário?.....	13
Karl Marx - Salário, preço e lucro.....	18
Vladimir Lênin - Sobre as greves.....	23
Mao Tsé-Tung - Maior preocupação com a vida das massas e maior atenção aos métodos de trabalho.....	30
Louis Althusser - O “que” do “que fazer”.....	35
Cem Flores - Resenha de <i>A legalização da classe operária</i>	53
Ernesto Martins - Nosso trabalho nos sindicatos.....	63
Centro de Estudos Victor Meyer - Notas sobre o momento histórico atual – II Tendências e desafios do movimento sindical brasileiro.....	68

APRESENTAÇÃO

O presente Caderno de Debates apresenta uma seleção de textos que servem de referência para a 3ª sessão do Ciclo de Palestras e Debates *A Actualidade do Pensamento de Francisco Martins Rodrigues*, sessão cujo tema é *Ação Sindical, Linha de Massas e a Atuação dos Comunistas*.

Os textos selecionados nesse Caderno podem ser divididos em três partes: três textos de Francisco Martins Rodrigues; três textos clássicos de Marx, Lênin e Mao; e, por fim, três textos de marxistas contemporâneos, Louis Althusser, Ernesto Martins e Bernard Edelman, apresentado e resenhado pelo Coletivo Cem Flores.

Em seu conjunto, os textos abordam questões centrais da luta econômica do proletariado e demais classes trabalhadoras: as demandas concretas e imediatas das massas; o movimento sindical, as organizações populares, as greves e os protestos; o capital, o Estado e a ação do inimigo de classe; a relação entre a luta das massas e a atuação comunista, entre espontaneidade e política revolucionária.

As contribuições de Francisco Martins Rodrigues apresentam indicações de uma linha política para a atuação dos comunistas na conjuntura mais recente, já de refluxo da luta proletária e das lutas sindicais classistas, afirmando teses importantes e resgatando posições de Lenin e de alguns congressos da Terceira Internacional Comunista.

Os textos clássicos selecionados resgatam os fundamentos da luta econômica no capitalismo, sua relação com a luta revolucionária. Trazem ainda importantes princípios da atuação dos revolucionários, úteis como base para o resgate da necessária posição independente do proletariado na luta de classes.

Finalizando os cadernos, e contribuindo com o debate a partir das posições de FMR, temos os autores Althusser, Edelman e Martins, que trazem reflexões sobre linha política e atuação nas massas, e luta sindical, suas possibilidades e limites.

ACÇÃO COMUNISTA EM TEMPOS DE MARÉ BAIXA

Francisco Martins Rodrigues

Como podem os comunistas conseguir que o movimento diário das massas pelas suas reivindicações imediatas acumule forças revolucionárias, mesmo neste período de triunfo em toda a linha da burguesia? Esta é uma questão central para os comunistas portugueses, escaldados por sucessivas infiltrações do reformismo, sempre em nome das melhores intenções marxistas.

Acumulação de forças revolucionárias é coisa praticamente desconhecida em Portugal. O que temos são muitos exemplos de como se desacumulam forças: à frente de todos, claro, o PCP, fiel ao seu trabalho minucioso junto do proletariado, nas empresas e nos sindicatos, agitando a bandeira da “defesa das conquistas”, mas conduzindo as massas de derrota em derrota, devido ao seu respeito supersticioso pelo parlamento e pela ordem burguesa; depois, a “nova esquerda” agrupada no Bloco, exibindo as suas causas alternativas (“ampliar a cidadania”, “aprofundar a democracia”), que, na prática, apenas dão voz ao descontentamento da jovem pequena burguesia, em busca de um lugar ao sol; tivemos também a aposta das FP 25 nas acções de guerrilha urbana como meio de “excitar” o movimento popular em declínio, o que as levou ao previsível naufrágio e ao descrédito da via revolucionária; e há ainda muitos simpatizantes da revolução, enojados com o panorama reinante de colaboração de classes, para os quais todas as reivindicações imediatas, parcelares, são indignas de qualquer esforço, pelo que se entregam à inacção declamatória ultra-esquerdista.

Nesse caso, o que se deve fazer?

Os comunistas, claro, não têm que inventar lutas especiais. Temos que estar presentes nas lutas reais, por pequenas e limitadas que sejam nos seus objectivos: contra o desemprego, o trabalho precário, o agravamento constante das condições de saúde, habitação, ensino, a sobreexploração e opressão da mulher; nos movimentos contra a impunidade dos capitalistas e a onda mafiosa e corrupta que é hoje a política burguesa; nos protestos contra as expedições militares imperialistas e a montagem do Estado policial...

Sabemos que a revolução só se constrói a partir do movimento real e não a partir de modelos por nós inventados.

Fora das situações excepcionais de crise revolucionária, as massas lançam-se na luta para obter pequenas melhorias dentro dos limites da lei e da ordem; só participando nessas lutas podem os comunistas ajudar os colectivos de trabalhadores a percorrer a sua própria experiência, tomar consciência do antagonismo dos seus interesses face aos da burguesia, criar hábitos de organização, ganhar confiança nas suas próprias forças.

O que falhou então no trabalho passado dos comunistas? Porque se dissolveram as suas intenções revolucionárias iniciais na prática da luta diária, até acabarem por se transformar em reformistas? Vejo, pelo menos, quatro causas para isso.

Primeira, a concentração preferencial dos esforços, não nas camadas proletárias onde é maior a carga de antagonismo com a sociedade estabelecida, mas nos sectores semiproletários e pequeno-burgueses, mais instruídos, com maiores hábitos de organização, onde é mais fácil conseguir resultados, mas onde, em contrapartida, tudo vai no sentido do reformismo.

Segunda: a tradição muito enraizada no nosso país de que o trabalho proletário se resume às reivindicações económicas e que entrega à pequena burguesia progressista a direcção da luta política. É tempo de compreendermos que a mobilização comunista do proletariado envolve também a luta anti-imperialista, a solidariedade com os imigrantes e o combate ao chauvinismo, a luta para libertar a mulher trabalhadora da sua dupla subjugação, os contactos internacionais, a propaganda anticapitalista, etc.

Terceira: na utilização dos sindicatos, comissões de empresa, associações diversas, esqueceu-se muitas vezes a contradição entre o interesse das bases e a prática do aparelho burocrático, que tende a conciliar com o poder e a ver as acções radicais das massas como um perigo. Foi assim que muitos comunistas que foram para essas organizações com a intenção de “servir o povo”, se fizeram reformistas empedernidos.

Quarta: a cedência à miragem de conseguir pelo parlamento a visibilidade e peso político que não se consegue no duro trabalho de mobilização directa das massas. Foi assim que, à medida que a ofensiva da direita destruía as conquistas populares de 74-75, os revolucionários da época transferiram o eixo da sua actividade, do apoio aos sectores mais avançados e aos seus órgãos (comités de greve e ocupação, comissões de trabalhadores, de moradores, cooperativas agrícolas, etc.), para a “batalha parlamentar”.

Claro que a participação nas eleições pode ser necessária, mas numa condição: termos a certeza de que vamos utilizar as instituições burguesas e não deixar-nos utilizar por elas.

Em resumo, o trabalho comunista entre as massas requer muito esforço e brilha pouco. Temos que nos compenetrar de que, num período de marasmo da luta de classes como o que atravessamos, a autenticidade dos comunistas mede-se pela sua capacidade para evitar a tentação de serem reconhecidos pelos media, ganhar estatuto de “partido responsável”, etc. Não nos deve impressionar a acusação de “sectarismo” que os reformistas nos lançam, nem a impaciência dos militantes que não se resignam a um trabalho apagado e querem resultados palpáveis em pouco tempo. A defesa do interesse profundo das massas significa hoje um certo grau de isolamento, acarreta incompreensões, perseguições dos poderes “democráticos”, etc., mas só persistindo nesse rumo poderemos desempenhar o nosso papel numa futura crise revolucionária.

O partido comunista, corpo estranho na sociedade burguesa que pretende derrocar, sofre uma tremenda pressão da parte desta para ser digerido e destruído: pressão policial e militar quando necessário, mas também política e ideológica, na actividade legal de todos os dias. Pressão que provém não apenas do aparelho de poder burguês mas

também das camadas pequeno burguesas contíguas ao proletariado e das flutuações no seio do próprio proletariado, hoje em grande medida desarticulado e desmoralizado pelas derrotas que tem sofrido.

O que está em jogo, no difícil período actual, é manter fidelidade aos interesses gerais e a longo prazo da classe, não se deixando ir atrás de êxitos conjunturais, pagos com a absorção pelo sistema. Cabe-nos criar na classe baluartes avançados em volta dos quais se possa fixar a resistência dos mais revoltados. Quanto ao encontro do partido comunista com as massas de milhões, esse só será possível na hora da crise revolucionária, quando as massas, chegadas ao extremo, recusam a ordem burguesa e vão ao encontro das propostas dos comunistas. Essa hora poderá estar distante, mas só ela deve servir de norte à nossa acção hoje.

NOTAS SOBRE A LINHA SINDICAL

Francisco Martins Rodrigues

1- Objeções ao trabalho sindical dos comunistas

A política comunista face aos sindicatos deve ter em conta as transformações do último meio-século. Havia uma luta entre a corrente sindical reformista e a corrente sindical revolucionária, animada pelos comunistas. Agora há só uma disputa entre diversas correntes reformistas rivais, alinhadas em última análise com o imperialismo ocidental ou com o social-imperialismo soviético. Não existe corrente sindical revolucionária internacional.

Os sindicatos sempre foram um terreno fértil para a instalação da aristocracia operária, corporativa, mesquinha, subornada e corrompida pela burguesia e pelo imperialismo (Lenine). Sempre serviram de veículo para a aristocracia operária melhorar a sua situação jogando com o descontentamento e a revolta das camadas inferiores do proletariado.

Hoje estão perfeitamente enquadrados nos mecanismos capitalistas de “concertação social”, são uma dócil correia de transmissão dos interesses burgueses no seio do proletariado. A sua democracia interna está viciada. A conquista das direcções sindicais pelos comunistas ou outros revolucionários é praticamente impossível.

Dominam de forma absoluta o conformismo face ao sistema, a conciliação de classe, o interesse profissional egoísta, o nacionalismo, a rotina. As elites burocráticas apoderaram-se de todo o poder e sufocam toda a iniciativa proletária de base. Os sindicatos são governados por verdadeiras máfias ao serviço dos aparelhos partidários e, por seu intermédio, do grande capital. Morreu a autenticidade operária que se fazia sentir nos sindicatos no princípio do século. Por tudo isto, decresce nos países capitalistas avançados o número de operários sindicalizados. Surgem batalhas operárias importantes à margem dos sindicatos. Daqui a dúvida: ainda se mantêm válidos os princípios de acção sindical enunciados por Marx, Engels, Lenine?

2- Lenine e o trabalho sindical

Lenine nunca pôs em dúvida que o sindicato é uma trincheira recuada da luta de classes. Mas destacou que ele é uma escola primária massiva de associação de classe e de luta contra a exploração capitalista. Por isso, o sindicato é um ponto de articulação obrigatório entre a vanguarda e a massa operária.

Tanto mais que os sindicatos colocam as massas operárias sob o comando dos capatazes sindicais da classe capitalista, o que exige uma luta taco-a-taco contra a sua influência;

tanto mais que as lutas sindicais, parcelares e limitadas, desembocam com frequência em batalhas radicais que podem ter um grande valor educativo, desde que sejam dirigidas pelos comunistas.

Por estas razões, Lenine contrariou as tendências surgidas depois da revolução russa para os comunistas voltarem costas aos sindicatos. “É preciso trabalhar onde está a massa sem temer as armadilhas, chi-canas, perseguições e traições dos chefes, ligados à burguesia e à polícia. Há que usar estratagemas e astúcias, calar a verdade se necessário, para penetrar nos sindicatos e lá ficar” (“Esquerdismo”).

Não se pode lançar o assalto ao poder político, nem se deve ten-tá-lo, sem ter conseguido êxitos sérios no desmascaramento e isola-mento da aristocracia e da burocracia aos olhos da massa. Sem isso não há garantia de que a massa siga a vanguarda no momento decisivo (Lenine). Daqui a conclusão da IC de que “a melhor medida da força de um partido comunista é a influência real que exerce sobre as massas de operários sindicalizados” (3º Congresso).

Assim, a tendência para virar as costas aos sindicatos, a pretexto do seu reformismo, do seu atraso economicista e da podridão da sua buro-cracia, a proposta para a fundação de organizações “novinhas em folha”, politizadas, puras, é uma utopia “esquerdista” que afasta os comunis-tas das massas, que as deixa entregues à demagogia reformista e que alimenta a passividade nos comunistas sob atitudes de aparência mui-to avançada. “Abandonar os sindicatos é desertar da revolução”.

3- Actualidade do leninismo

A degeneração burocrática burguesa dos sindicatos no último meio-século é um facto, mas também é um facto que eles não foram substituídos por outros órgãos de massa como veiculo da luta diária. A expressão dos interesses operários nos sindicatos é mais difícil do que no passado mas não é impossível. Pode dizer-se que o dia-a-dia sindi-cal é mais corrupto, mas intervalado por lutas massivas durante as quais o aparelho burocrático pode ser neutralizado.

Entregues ao domínio reformista, os sindicatos tornam-se porta-vozes directos dos partidos burgueses (CGTP com o PCP, UGT com PS/PSD). Se não houver disputa no seu interior, estaremos a entregar de bande-ja milhões de sindicalizados às maningâncias partidárias burguesas.

Os operários que se dessindicalizam, indignados com a vigarice dos burocratas, não formam um sector avançado nem conseguem criar alternativas de intervenção operária. Embora fazendo críticas justas, caem na desagregação e na impotência. Os comunistas não devem alimentar o anti-sindicalismo mas sim transformá-lo em choque com as estruturas reformistas. Só nesse processo podem as grandes massas começar a po-litizar- se.

4- Sindicatos e comissões de fábrica

Isto não significa nenhum fetichismo dos comunistas acerca dos sindicatos. Os sindicatos não são sagrados. Temos que os tratar de acordo com a sua real influência de massas. Em períodos de ascenso revolucionário, os sindicatos, amarrados ao seu lastro economicista e reformista, são normalmente ultrapassados por novos órgãos operários de base, mais aptos a servir a ofensiva contra a burguesia – comités de fábrica, comissões de trabalhadores, soviets, conselhos. Foi assim entre nós em 1975, quando as comissões de trabalhadores se sobrepuseram temporariamente aos sindicatos. Em alturas dessas, continuar a canalizar a influência comunista para a massa só pela via dos sindicatos far-nos-ia perder a vanguarda do movimento. O Partido deve saber impulsionar audaciosamente os novos órgãos criados pelas massas operárias.

Quando coexistem sindicatos e comités de fábrica em paralelo (como é hoje o nosso caso), os comunistas devem saber actuar em ambos, usando a dinâmica mais radicalizada e democrática das CTs para pressionar, entalar e pôr em xeque as direcções sindicais reformistas. Não se trata de escolher entre sindicatos e CTs, mas de completar um com o outro.

5- Métodos revolucionários de luta

Não existe pois nenhuma solução mágica para acelerar o espírito revolucionário da massa operária em períodos de refluxo. Ou nos dispomos a intervir no movimento ao nível em que ele se encontra (e não o que nós desejaríamos), ou perdemos os laços com a massa e incapacitamo-nos para a acção revolucionária. Temos que tomar a luta sindical como aqui-lo que é – uma luta limitada para minorar a exploração capitalista.

Então como evitar que os comunistas se tornem reformistas? Para Lenine, a solução está em aliar a luta por reformas que é própria do sindicalismo com os métodos revolucionários de luta de massas. Os objectivos da luta sindical são geralmente estreitos, mas a forma como essa luta é conduzida pode e deve ser combativa, revolucionária. A luta por um simples aumento salarial pode dar lugar a uma greve, a confrontos com a polícia, etc. Mesmo lutando por reformas as massas podem aprender a fazer a revolução.

O Partido Comunista deve pois estar vigilante em duas frentes: contra a adaptação passiva às tendências atrasadas do movimento que o afundaria no reformismo; e também contra o desprezo pelas reivindicações limitadas da massa, que o transformaria numa seita de propaganda.

6- Isolar os chefes, não os comunistas

Com frequência, o princípio comunista de que é preciso desmascarar sem conciliação os chefes reformistas corruptos serve de desculpa para se recusar na prática às exigências do trabalho sindical. Há que denunciar os chefes, sim, mas é preciso saber como. Chorrilhos de insultos contra os chefes que a massa elegeu para os postos di-rigentes dos sindicatos criam na massa operária a ideia de que que-remos

desacreditar e dismantelar o próprio sindicato, em que vêm um bastião de resistência ao capitalismo.

Como fazer? As resoluções da IC indicavam a necessidade de colocar primeiro esses chefes numa situação em que sejam obrigados a desmas-carar-se. O seu carácter de amarelos deve ser mostrado em detalhe por meio de exemplos práticos, através de propostas, moções, inter-venções nas assembleias, etc. Só depois desse trabalho de preparação, que pode ser prolongado, estaremos em condições para os atacar com toda a energia e tentar derrubá-los (3º Congresso da IC).

Nunca esquecer que combatemos os chefes para ganhar a nós a massa operária. Se o nosso combate aos chefes nos isola da massa é por-que não está a ser bem conduzido. A dificuldade em conquistar os operários não está fora dos partidos comunistas mas dentro deles. (Co-mité Executivo da IC, 1932). O ataque a um chefe eleito, prestigiado na massa, não é um desabafo indignado. Tem que ser friamente calculado e conduzido, de forma a dar frutos.

7- O Partido a reboque do sindicato dá descarrilamento

Surge com frequência nas fileiras comunistas o desvio oposto acerca do trabalho sindical: a adoração dos sindicatos como “verdadeiros órgãos da democracia operária”, o exagero das possibilidades sindicais, a tendência para emancipar a luta sindical da direcção do partido, a tendência para subordinar a luta política à luta económica e para rebaixar a célula comunista de empresa ao nível de comissão sindical.

Nem é preciso demonstrar que esta tendência conduz o Partido ao descalabro, à confusão e à impotência. E com isso também o trabalho sindical sofre. Uma tática sindical eficaz, bem pensada, aplicada com sangue frio, só é possível se os comunistas virem mais longe do que os horizontes sindicais, se souberem inscrever a luta sindical como parcela da luta geral de classe ao proletariado.

Os comunistas “sindicaleiros”, que só vêm a actividade revolucionária pela óptica sindical, têm vistas estreitas, facilmente perdem a cabeça, seguem a reboque dos altos e baixos do movimento espontâneo, andam aos tombos do oportunismo de direita ao oportunismo de “esquerda”. O sindicalismo “autónomo”, “neutral”, “apolítico” acaba sempre numa ou noutra variante de reformismo, que o Estado burguês consegue digerir.

Para uma acção sindical comunista é indispensável haver fortes células comunistas que conduzam toda a luta de classes na empresa, fracções comunistas junto dos sindicatos, uma linha sindical claramente definida pelo Partido, responsáveis sindicais no Comité Central e nos Comités Regionais, etc. É preciso demonstrar aos comunistas “sindicaleiros” que querer ganhar escaramuças fora dum plano de batalha conjunto é infantilismo.

8- Correias de transmissão

Lutando para ganhar influência maioritária nos sindicatos, os comunistas não devem tentar usa-los como departamentos do partido, tutelá-los, amoldá-los, colando-lhes etiquetas, “tratá-los à chibatada” (Lenine). Isso é objectivamente cavar o terreno para a cisão do sindicato e para lançar boa parte dos trabalhadores nos braços dos re-formistas. O sectarismo com que os revisionistas se serviram dos sindicatos da Intersindical em 1975 para os seus fins partidários fez deslocar para a direita boa parte dos trabalhadores, facilitando o trabalho de cisão que levou à UGT.

A ideia leninista do sindicato como “correia de transmissão” do Partido não pode ser entendida de forma simplista ou primária como uma autorização para espezinhar a democracia interna do sindicato, é preciso saber esperar que a experiência viva da luta de classes ensine o marxismo aos operários (Lenine). O papel activo dos comunistas nos sindicatos não deve consistir em extorquir-lhes resoluções favoráveis ao Partido mas conduzir a luta da forma mais educativa. Lutar sem descanso pelas posições revolucionárias do partido sem nunca atropelar a democracia interna e, pelo contrário, ampliando-a cada vez mais.

A ideia do sindicato como “correia de transmissão” é justa, os brados da burguesia a esse respeito não nos devem incomodar. Mas esta ideia leninista não deve ser rebaixada, tentando fazer do sindicato um moço de recados do Partido.

9- Duas linhas sindicais na IC

A política sindical da IC atravessou duas grandes fases antagónicas. Durante a primeira (1920-1934) lutou-se para criar uma corrente independente em torno da Internacional Sindical Vermelha (ISV) como “base para fazer guerra ao reformismo”. Apoiados nos sindicatos vermelhos, na corrente sindical de classe, nos núcleos sindicais revolucionários, os comunistas declararam-se dispostos perante as massas a fazer a unidade sindical; faziam propostas de unidade na acção concreta, propunham a constituição de uma única central em cada país, desde que fosse assegurada disciplina rigorosa em todas as acções contra a burguesia e ao mesmo tempo liberdade de agitação para as diversas tendências sindicais (5º Congresso); propunham um congresso de todos os sindicatos em que houvesse livre confronto de ideias.

Durante a segunda fase (1939-1943) foi decidido dissolver a ISV e os sindicatos vermelhos como fonte de sectarismo e de isolamento dos comunistas. A corrente sindical de classe integrou-se sem condições nos sindicatos reformistas, para levar à prática a nova táctica de Frente Única traçada pelo 7º Congresso da IC. A experiência mostrou que esta nova linha sindical fez parte da viragem à direita dos partidos comunistas e abriu caminho ao revisionismo.

A procura de uma linha sindical comunista nas novas condições da luta de classes deve ter em conta esta experiência da IC.

PODE HAVER UM SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO?

Francisco Martins Rodrigues

A pergunta [Pode Haver um Sindicalismo Revolucionário?] poderá parecer estranha, uma vez que é isso que temos andado a defender todos estes anos. Mesmo assim, penso hoje que a palavra de ordem de um sindicalismo revolucionário e da criação de uma sindical revolucionária é esquerdista, não nos permitirá criar corrente e, pelo contrário, acentuará o isolamento e inatividade em que nos encontramos.

Julgo que o objetivo dos comunistas não é criar um movimento sindical revolucionário mas utilizar num sentido revolucionário a ação sindical, do mesmo modo que se utiliza a intervenção nas eleições, a luta contra a repressão, etc. Trata-se de enquadrar na política revolucionária do partido ações e organizações de massas que têm, pela sua própria natureza, objetivos limitados e uma carga inevitável de reformismo. Foi Lenine quem falou nos “traços reacionários” e na “estreiteza corporativa inevitável” dos sindicatos, “forma de organização elementar, inferior” das massas.

A noção de sindicalismo revolucionário, que se popularizou na nossa esquerda desde 1974/75, tem uma origem anarco-sindicalista, não comunista. Justamente porque os anarco-sindicalistas recusavam o papel de vanguarda do partido político da classe operária, eles tinham que atribuir aos sindicatos um carácter revolucionário, de instrumento central da revolução e da ditadura do proletariado.

É certo que nós nunca pretendemos que os sindicatos possam ter esse papel. Mas fomos atrás das teses do sindicalismo revolucionário, lançadas na crise de 75 pela pequena burguesia de esquerda — PRP [Partido Revolucionário do Proletariado], trotskistas, MES [Movimento de Esquerda Socialista], etc. — e nunca nos atrevemos no PC(R) [Partido Comunista (Revolucionário)] a analisar seriamente o problema. Seguimos o slogan que parecia mais radical.

Poderá dizer-se: mas não é obrigatório fazer uma ruptura com o sindicalismo reformista e colaboracionista da CGTP [Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses] e da UGT [União Geral de Trabalhadores]? Sem dúvida. Só que o aparecimento de uma corrente sindical que defenda os interesses económicos do proletariado, em demarcação dos da pequena burguesia, que desenvolva ações combativas contra a exploração patronal e a política antilaboral dos governos, que imponha a democracia operária contra os compromissos e a chulice dos quadros e dos aparelhos sindicais burocráticos — não passa por isso a ser revolucionária.

Se quiser ser uma verdadeira corrente de massas, capaz de pesar na luta de classes, terá que se manter nos limites do sindicalismo, ou seja, da luta para vender a força de

trabalho em melhores condições. E isto é uma luta por reformas no sistema, não é uma luta pela revolução.

Caberá aos comunistas “fertilizar” esta luta limitada com os métodos revolucionários de ação de massas — plenários, greves, manifestações, choques, ocupações; mas se pretenderem fabricar novos sindicatos revolucionários, só conseguirão estreitar o seu campo de influência e deixar as massas operárias entregues aos caciques reformistas. Também a este respeito, Lenine foi taxativo, ao condenar a ideia de novos sindicatos, “bem limpinhos, inocentes de preconceitos democrático-burgueses” como “um imenso serviço prestado pelos comunistas à burguesia”.

Um dos argumentos a favor da criação de uma corrente sindical revolucionária é de que ela começará por agrupar a vanguarda e, em período de ascenso revolucionário, esta chamará as grandes massas para seu lado. Mas este argumento não me parece comprovado pelos factos. Quando a classe entra em ascenso revolucionário, os sindicatos, precisamente porque só são órgãos de luta econômica, adaptados à grande massa, tendem a ficar para trás. Foi o que se viu em 75. Quando entra na ordem do dia a luta pelo controle operário, pelas ocupações, pelo poder político, mesmo que seja uma fase ainda embrionária, a vanguarda cria órgãos novos com um cunho político, órgãos de tipo soviético.

Criarmos agora uma corrente sindical “revolucionária” pensando vir a colher os frutos num futuro ascenso seria um duplo engano: essa corrente estaria condenada a ficar à margem do movimento, tanto agora como mais tarde.

Pode também dizer-se que a linha sindical revolucionária foi adotada pela IC [Internacional Comunista] nos anos 20-30, com a ISV [Internacional Sindical Vermelha] e os sindicatos vermelhos. Estaríamos apenas a retomar uma tradição comunista abandonada pelo oportunismo do 7º congresso. Também não me parece este argumento válido.

Primeiro, porque a linha sindical vermelha surgiu sob o impacto da revolução soviética e quando era geral a expectativa de que se iriam suceder novas revoluções operárias na Europa. A situação atual é, como sabemos, o oposto da desse tempo. Não há nenhum poder revolucionário que sirva de modelo avançado ao movimento sindical.

Em segundo lugar, devemos perguntar-nos se a linha sindical vermelha, mesmo nas condições da época, deu os melhores frutos no combate ao sindicalismo amarelo social-democrata. Penso que há indicações de que essa linha era realmente esquerdista e que por isso mesmo alimentou a ressaca oportunista do 7º Congresso, para a fusão-capitulação com as centrais social-democratas.

Em resumo: acho que, para colher frutos revolucionários do trabalho sindical, os comunistas devem tomá-lo exatamente por aquilo que ele é — uma luta por melhorias, por reformas — e não pretender embelezá-lo com slogans revolucionários. Revolucionário é o partido comunista e por isso mesmo, como partido revolucionário, trata de imprimir às lutas parciais (sindical ou outras) métodos revolucionários de ação

de massas. É assim que se põe o trabalho sindical ao serviço da revolução proletária e não traçarmos uma linha sindical “revolucionária”.

Será isto apenas uma questão de denominações? Penso que não! Porque se reconhecermos que o sindicalismo tem inevitavelmente um âmbito limitado e desistirmos de o “revolucionarizar”, resultam daí algumas consequências para o nosso trabalho prático. Para já vejo as seguintes:

— A nossa demarcação face ao sindicalismo da CGTP e da UC deve ser feita exclusivamente na base do prejuízo que as centrais acarretam aos interesses económicos imediatos da classe operária. A nossa plataforma (as teses) deve ter um carácter mais “rasteiro” que aquele que lhe está a ser dado. Defendemos aumentos iguais, opomo-nos à participação nas viabilizações, criticamos as negociações à porta fechada, denunciámos o burguesismo dos aparelhos burocráticos, propomos ações de luta, etc., com base num único argumento: travar o roubo que está a ser feito à classe.

— Toda a prioridade à nossa intervenção na prática; vale mais desenvolver uma ação, mesmo pequena, numa empresa, do que fazer discussões sobre a linha sindical.

— A Tribuna Operária deve tomar um carácter mais vincado de denúncia, informação, agitação, do que de formação. Notícias, artigos mais curtos, comentários a cada reunião ou documento das estruturas sindicais, mais cartas-denúncia, caricaturas, e visando captar o descontentamento operário confuso, dar-lhe corpo, mesmo sem grande insistência em linhas demarcatórias.

— Mantendo o coletivo da “TO” [Tribuna Operária] independente de quaisquer alianças ou compromissos, devemos contudo explorar todas possibilidades de intervenções comuns com os grupos da Coordenadora em empresas ou sindicatos onde isso seja possível. A defesa do nosso jornal não deve ser confundida com a ideia de criar uma corrente só nossa, o que nos levará à seita “sindical”.

— Perspectiva da cisão: a denúncia sem tréguas dos aparelhos sindicais amarelos terá que percorrer um longo caminho, na experiência prática das lutas animadas por nós, antes que a inevitabilidade da cisão se imponha, mesmo a um setor minoritário da classe. Dou razão neste ponto ao camarada JB. Devemos dizer que a unidade da classe na luta contra o capital não é servida pelos aparelhos das centrais e demonstrar isso com dúzias de exemplos na “TO”. Toda a tónica na defesa da unidade na luta. A este respeito, acho que devemos refletir sobre as posições da IC que transcrevemos a seguir.

— A nossa perspectiva seria pois, em torno da “TO” e de ações pontuais conjuntas ao nível da Coordenadora, começar a dar os primeiros passos para uma tendência no seio da CGTP, baseada em núcleos de empresa. Acredito que tudo o resto dependerá do trabalho sindical prático que formos capazes de desenvolver.

Lenine sobre os sindicatos

Quando se começou a desenvolver a forma suprema de união de classe dos proletários, o partido revolucionário do proletariado, os sindicatos revelaram inevitavelmente certos

traços reacionários, uma certa estreiteza corporativa, uma certa tendência para o apoliticismo, um certo espírito de rotina, etc.

Os comunistas “de esquerda” alemães tiram como conclusão o espírito reacionário e contra-revolucionário de certos meios dirigentes sindicais... o abandono dos sindicatos pelos comunistas, a recusa a trabalhar neles, e pretendem criar novas formas de organização operária por eles inventadas! Isto é um disparate imperdoável, que equivale a um imenso serviço prestado pelos comunistas à burguesia.

Para ser capaz de ajudar a massa e ganhar a sua simpatia, adesão e apoio, é preciso não temer as dificuldades, as chicanas, as armadilhas, os ultrajes, as perseguições por parte dos chefes e trabalhar absolutamente lá onde está a massa.

O sindicato — forma de organização elementar, inferior, a mais simples e mais acessível para aqueles que estão ainda profundamente imbuídos de preconceitos democrático-burgueses. Mas os comunistas de esquerda inventam uma “União Operária” nova em folha, bem limpinha, inocente dos preconceitos democrático-burgueses, dos pecados corporativos e estreitamente profissionais.

Toda a tarefa dos comunistas está em saber convencer os retardatários, saber trabalhar no meio deles e não separar-se deles com palavras de ordem de “esquerda” de uma invenção infantil.

(“Esquerdismo...”)

A IC sobre os sindicatos

Toda a deserção voluntária do movimento profissional, toda a tentativa de criação artificial de sindicatos que não seja determinada pelas violências excessivas da burocracia profissional (dissolução das filiais revolucionárias sindicais pelos centros oportunistas) ou pela sua estreita política aristocrática, impedindo a entrada nos órgãos sindicais às grandes massas de trabalhadores pouco qualificados, apresenta um perigo enorme para o movimento comunista. Afasta os operários mais conscientes e mais avançados da massa e empurra esta para os chefes oportunistas que trabalham no interesse da burguesia.

Como os comunistas dão maior valor ao objetivo e à substância dos sindicatos do que à sua forma, não devem hesitar perante as cisões que poderão vir a dar-se no seio das organizações sindicais se, para as evitar, fosse necessário abandonar o trabalho revolucionário, recusar-se a organizar a parte mais explorada do proletariado. Contudo, se acontecer que uma cisão se imponha como uma necessidade absoluta, só deverá ser feita quando houver a certeza de que os comunistas conseguirão pela sua participação convencer as largas massas operárias de que a cisão se justifica, não por considerações ditadas por um objetivo revolucionário afastado e ainda vago, mas pelos interesses concretos imediatos da classe operária, correspondendo a necessidades da ação económica. No caso de uma cisão inevitável, os comunistas deverão dar a maior atenção a não ficar isolados da classe operária.

(II Congresso)

A palavra de ordem da IC contra a cisão sindical deve ser aplicada com a mesma energia do passado, apesar das perseguições furiosas a que os reformistas de todos os países submetem os comunistas. Os reformistas querem prolongar a cisão através das exclusões. Expulsando sistematicamente os melhores elementos dos sindicatos, esperam fazer perder o sangue frio dos comunistas, levá-los a sair dos sindicatos, levá-los a abandonar o plano profundamente refletido da conquista dos sindicatos a partir de dentro e a pronunciarem-se pela cisão. Mas os reformistas não conseguirão esse resultado.

A cisão do movimento sindical, sobretudo nas condições atuais, representa o perigo principal para o movimento operário no seu conjunto.

(IV Congresso)

A luta pela unidade do movimento sindical mundial desenrola-se como um fio vermelho ao longo de toda a atividade da IC. Este facto não é consequência de uma atitude fetichista em matéria de organização, mas resulta do conceito segundo o qual os comunistas, lutando pela unidade no interior dos sindicatos, alargam a esfera de influência dos partidos comunistas e da IC, sem se separarem nunca das massas. A luta pela unidade do movimento sindical é o melhor meio, o melhor método para conquistar as massas. As velhas palavras de ordem da IC — conquista e não destruição dos sindicatos, luta contra a fuga dos sindicatos, luta pela readmissão dos expulsos, luta pela unidade — continuam válidas e devem ser efetivadas com a máxima decisão e energia.

(V Congresso)

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO

Karl Marx

[...]

14 - A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados

1. - Após demonstrar que a resistência periódica que os trabalhadores opõem à redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços, tendo demonstrado, ainda, que um aumento geral de salários resultaria numa diminuição da taxa geral de lucro, sem afetar, porém, os preços médios das mercadorias, nem os seus valores, surge a questão de saber até que ponto, na luta incessante entre o capital e o trabalho, tem esta possibilidade de êxito.

Poderia responder com uma generalização, dizendo que o preço do trabalho no mercado, da mesma forma que o das demais mercadorias, tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu valor; que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor de seu trabalho, que se reduz ao valor da sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los.

Mas há certos traços peculiares que distinguem o valor da força de trabalho, ou valor do trabalho, dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida

de um camponês alemão ao de um camponês livônio. A importância do papel que, a este respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social podem vê-la no livro do sr. Thornton sobre a "Superpopulação", onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.

Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico.

Durante a guerra contra os jacobitas, que, como costumava dizer o incorrigível devorador de impostos e prebendas, o velho George Rose, foi empreendida para que esses descrentes franceses não destruíssem os consolos da nossa santa religião, os honestos fazendeiros ingleses, a quem tratamos com tanto carinho num capítulo anterior, fizeram baixar os salários dos trabalhadores do campo para além daquele mínimo estritamente físico, completando a diferença indispensável para assegurar a perpetuação física da raça, mediante as leis dos pobres. Era um glorioso método para converter o trabalhador assalariado em escravo e orgulhoso yeoman de Shakespeare em mendigo.

Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o valor do trabalho não é por si uma grandeza constante, mas variável, mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos.

Um estudo comparativo semelhante das taxas de lucro no mercado provaria que não só elas se modificam como também as suas taxas médias.

Mas, no que se refere ao lucro, não existe nenhuma lei que lhe fixe o mínimo. Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário mínimo, não podemos fixar o salário máximo. Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o máximo de lucro corresponde ao mínimo físico dos salários e que, partindo de dados salários, o máximo de lucro corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário.

A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes.

2. - Pelo que concerne à limitação da jornada de trabalho, tanto na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi ela regulamentada senão por intervenção legislativa. E

sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção se daria. Em todo caso, este resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E esta necessidade mesma de uma ação política geral é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte.

Quanto aos limites do valor do trabalho, sua fixação efetiva depende sempre da oferta e da procura, e refiro-me à procura de trabalho por parte do capitalista e à oferta de trabalho pelos operários. Nos países coloniais, [10] a lei da oferta e da procura favorece os operários. Daqui resulta o nível relativamente elevado dos salários nos Estados Unidos. Nestes países, faça o que fizer o capital, ele não pode nunca evitar que o mercado de trabalho esteja constantemente desabastecido pela constante transformação dos trabalhadores assalariados em lavradores independentes com fontes próprias de subsistência. Para grande parte da população norte-americana, a posição de assalariados não é mais do que uma estação de trânsito, que estão seguros de abandonar, mais tarde ou mais cedo. Para remediar este estado colonial de coisas, o paternal governo britânico adotou, há tempos, a chamada teoria moderna da colonização, que consiste em atribuir às terras coloniais um preço artificialmente elevado para, deste modo, obstar à transformação demasiado rápida do trabalhado assalariado em lavrador independente.

Mas passemos agora aos velhos países civilizados onde o capital domina todo o processo de produção. Tomemos, por exemplo, a elevação dos salários agrícolas ingleses, de 1849 a 1859. Qual foi a sua conseqüência? Os agricultores não puderam elevar o valor do trigo, como lhes teria aconselhado nosso amigo Weston, nem sequer o seu preço no mercado. Ao contrário, tiveram que resignar-se a vê-lo baixar. Mas durante estes onze anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e com ela a escala de produção; e por estes e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da população de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários. Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em continua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite; mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Este mesmo processo, que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia.

A mesma lei se faz sentir em outra forma. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, acelera-se a acumulação do capital, inclusive a despeito de uma taxa de salário relativamente alta. Daqui poderia inferir-se, conforme fêz Adam Smith, em cujos tempos a indústria moderna ainda estava na sua infância, que a acumulação acelerada do capital tem forçosamente que fazer pender a balança a favor do operário, por garantir uma procura crescente de seu trabalho. Situando-se no mesmo ponto de vista, há muitos autores contemporâneos que se assombram de que, apesar de nos

últimos vinte anos, o capital inglês ter crescido mais rapidamente do que a população inglesa, os salários nem por isso registram um aumento maior. Mas é que, simultaneamente, com a acumulação progressiva, opera-se uma mudança progressiva na composição do capital. A parte do capital global formada por capital fixo : maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho. Esta lei foi estabelecida, sob uma forma mais ou menos precisa, pelos srs. Barton, Ricardo, Sismondi, prof. Richard Jones, prof. Ramsey, Cherbuliez e outros.

Se a proporção entre estes dois elementos do capital era, originariamente, de 1 para 1, com o progresso da indústria será de 5 para 1, e assim sucessivamente. Se de um capital global de 600 são desembolsados 300 para instrumentos, matérias-primas, etc., e 300 para salários, basta dobrar o capital global para ser possível absorver 600 operários em vez de 300. Mas, se de um capital de 600 se invertem 500 em maquinaria, materiais, etc., e somente 100 em salários, este capital precisa aumentar de 600 a 3 600, para criar uma procura de 600 operários em lugar de 300. Portanto, ao se desenvolver a indústria, a procura de trabalho não avança com o mesmo ritmo da acumulação do capital. Aumenta, sem dúvida, mas aumenta numa proporção constantemente decrescente, quando comparada com o incremento do capital.

Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado, que, em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do

mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: "Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!", deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: "Abolição do sistema de trabalho assalariado!"

Depois desta exposição longuíssima e, receio eu, fatigante, que julguei indispensável para esclarecer um pouco o nosso tema principal, vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte:

1. - Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.
2. - A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.
3. - Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

SOBRE AS GREVES

Vladimir Lênin

Nos últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam. Compreende-se, pois, que os operários conscientes e os socialistas se coloquem cada vez mais amiúde a questão do significado das greves, das maneiras de realizá-las e das tarefas que os socialistas se propõem a participarem nelas.

Queremos tentar fazer uma exposição de algumas de nossas considerações sobre esses problemas. No primeiro artigo, pensamos falar do significado das greves no movimento operário em geral; no segundo, das leis russas contra as greves, e, no terceiro, de como se desenvolveram e desenvolvem as greves na Rússia e qual deve ser a atitude dos operários conscientes diante delas.

I

Em primeiro lugar, é preciso ver como se explica o nascimento e a difusão das greves. Quem se lembra de todos os casos de greve conhecidos por experiência própria, por relatos de outros ou através dos jornais, verá logo que as greves surgem e se expandem onde aparecem e se expandem as grandes fábricas. Das fábricas mais importantes, onde trabalham centenas (e, às vezes, milhares) de operários, dificilmente se encontrará uma em que não tenha havido greves. Quando eram poucas as grandes fábricas na Rússia, rareavam as greves; mas visto que elas crescem com rapidez, tanto nas antigas localidades fabris como nas novas cidades e aldeias industriais, as greves tornam-se cada vez mais frequentes.

Por que a grande produção fabril leva sempre às greves?

Isso se deve a que o capitalismo leva necessariamente à luta dos operários contra os patrões, e quando a produção se transforma numa produção em grande escala essa luta se converte necessariamente em luta grevista.

Esclareçamos.

Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção, etc, pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e os industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos, que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário imprescindível para que estes e sua família mal possam subsistir, e tudo que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária para a sua manutenção o patrão embolsa; isso constitui seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem sempre de reduzir o salário; quanto menos

entreguem aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível, para poder sustentar a sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos, mas como se veste todo mundo. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário: o patrão tem liberdade de contratar o operário que quiser, pelo que procura o mais barato. O operário tem liberdade de alugar-se ao patrão que quiser, e procura o mais caro, o que paga mais. Trabalhe o operário na cidade ou no campo, alugue seus braços a um latifundiário, a um fazendeiro rico, a um contratista ou a um industrial, sempre regateia com o patrão, lutando contra ele pelo salário.

Mas, pode o operário, por si só, sustentar essa luta? É cada vez maior o número de operários: os camponeses se arruinam e fogem das aldeias para as cidades e para as fábricas. Os latifundiários e os industriais introduzem máquinas, que deixam os operários sem trabalho. Nas cidades aumenta incessantemente o número de desempregados, e nas aldeias o de gente reduzida à miséria; a existência de um povo faminto faz baixarem ainda mais os salários. É impossível para o operário lutar sozinho contra o patrão. Se o operário exige melhor salário ou não aceita a sua rebaixa, o patrão responde: vá para outro lugar, são muitos os famintos que esperam à porta da fábrica e ficarão contentes em trabalhar, mesmo que por um salário baixo.

Quando a ruína do povo chega a tal ponto que nas cidades e nas aldeias há sempre massas de desempregados, quando os patrões amealham enormes fortunas e os pequenos proprietários são substituídos pelos milionários, então o operário isolado transforma-se num homem absolutamente desvalido diante do capitalista. O capitalista obtém a possibilidade de esmagar por completo o operário, de condená-lo à morte num trabalho de forçados, e não só ele, como também sua mulher e seus filhos. Com efeito, vejam as indústrias em que os operários ainda não conseguiram ficar amparados pela lei e não podem oferecer resistência aos capitalistas e comprovarão que a jornada de trabalho é incrivelmente longa, até de 17 e 19 horas, que criaturas de cinco ou seis anos executam um trabalho extenuante e que os operários passam fome constantemente, condenados a uma morte lenta. Exemplo disso é o caso dos operários que trabalham a domicílio para os capitalistas; mas, qualquer operário se lembrará de muitos outros exemplos! Nem mesmo na escravidão e sob o regime de servidão existiu uma opressão tão terrível do povo trabalhador como a que sofrem os operários quando não podem opor resistência aos capitalistas nem conquistar leis que limitem a arbitrariedade patronal.

Pois bem, para não permitir que sejam reduzidos a essa tão extrema situação de penúria, os operários iniciam a mais encarniçada luta. Vendo que cada um deles por si só é absolutamente impotente e vive sob a ameaça de perecer sob o jugo do capital, os operários começam a erguer-se, juntos, contra seus patrões. Dão início às greves operárias. A princípio, é comum que os operários não tenham nem sequer uma ideia clara do que procuram conseguir, não compreendem porque atuam assim: simplesmente quebram as máquinas e destroem as fábricas. A única coisa que desejam é fazer sentir aos patrões a sua indignação; experimentam suas forças mancomunadas para sair de

uma situação insuportável, sem saber ainda porque sua situação é tão desesperada e quais devem ser suas aspirações.

Em todos os países, a indignação começou com distúrbios isolados, com motins, como dizem em nosso país a polícia e os patrões. Em todos os países, estes distúrbios deram lugar, de um lado, a greves mais ou menos pacíficas e, de outro, a uma luta multifacética da classe operária por sua emancipação.

Que significado têm as greves na luta da classe operária? Para responder a esta pergunta devemos determo-nos primeiro em examinar com mais detalhes as greves. Se o salário do operário se determina — como vimos — por um convênio entre o patrão e o operário, e se cada operário por si só é de todo impotente, torna-se claro que os operários devem necessariamente defender juntos as suas reivindicações, devem necessariamente declarar-se em greve para impedir que os patrões baixem os salários, ou para conseguir um salário mais alto. E, efetivamente, não existe nenhum país capitalista em que não sejam deflagradas greves operárias. Em todos os países europeus e na América, os operários se sentem, em toda parte, impotentes quando atuam individualmente e só podem opor resistência aos patrões se estiverem unidos, quer declarando-se em greve, quer ameaçando com a greve. E quanto mais se desenvolve o capitalismo, quanto maior é a rapidez com que crescem as grandes fábricas, quanto mais se veem deslocados os pequenos pelos grandes capitalistas, mais imperiosa é a necessidade de uma resistência conjunta dos operários, porque se agrava o desemprego, aguça-se a competição entre os capitalistas, que procuram produzir mercadorias de modo mais barato possível (para o que é preciso pagar aos operários o menos possível), e acentuam-se as oscilações da indústria e as crises(1). Quando a indústria prospera, os patrões obtêm grandes lucros e não pensam em reparti-los com os operários; mas durante a crise os patrões tratam de despejar sobre os ombros dos operários os prejuízos. A necessidade das greves na sociedade capitalista está tão reconhecida por todos nos países europeus, que lá a lei não proíbe a declaração de greves; somente na Rússia subsistiram leis selvagens contra as greves (destas leis e de sua aplicação falaremos em outra oportunidade).

Mas as greves, por emanarem da própria natureza da sociedade capitalista, significam o começo da luta da classe operária contra esta estrutura da sociedade. Quando operários despojados que agem individualmente enfrentam os potentados capitalistas, isso equivale à completa escravização dos operários. Quando, porém, estes operários desapossados se unem, a coisa muda. Não há riquezas que os capitalistas possam aproveitar se estes não encontram operários dispostos a trabalhar com os instrumentos e materiais dos capitalistas e a produzir novas riquezas. Quando os operários enfrentam sozinhos os patrões continuam sendo verdadeiros escravos, que trabalham eternamente para um estranho, por um pedaço de pão, como assalariados eternamente submissos e silenciosos. Mas quando os operários levantam juntos suas reivindicações e se negam a submeter-se a quem tem a bolsa de ouro, deixam então de ser escravos, convertem-se em homens e começam a exigir que seu trabalho não sirva somente para enriquecer a um punhado de parasitas, mas que permita aos trabalhadores viver como pessoas. Os escravos começam a apresentar a reivindicação de se transformar em donos: trabalhar e

viver não como queiram os latifundiários e capitalistas, mas como queiram os próprios trabalhadores. As greves infundem sempre tal espanto aos capitalistas porque começam a fazer vacilar seu domínio. “Todas as rodas detêm-se, se assim o quer teu braço vigoroso”, diz sobre a classe operária uma canção dos operários alemães. Com efeito, as fábricas, as propriedades dos latifundiários, as máquinas, as ferrovias, etc, etc, são, por assim dizer, rodas de uma enorme engrenagem: esta engrenagem fornece diferentes produtos, transforma-os, distribui-os onde necessário. Toda esta engrenagem é movida pelo operário, que cultiva a terra, extrai o mineral, elabora as mercadorias nas fábricas, constrói casas, oficinas e ferrovias. Quando os operários se negam a trabalhar, todo esse mecanismo ameaça paralisar-se. Cada greve lembra aos capitalistas que os verdadeiros donos não são eles, e sim os operários, que proclamam seus direitos com força crescente. Cada greve lembra aos operários que sua situação não é desesperada e que não estão sós. Vejam que enorme influência exerce uma greve tanto sobre os grevistas como sobre os operários das fábricas vizinhas ou próximas, ou das fábricas do mesmo ramo industrial. Nos tempos atuais, pacíficos, o operário arrasta em silêncio sua carga, não reclama ao patrão, não reflete sobre sua situação. Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações. Toda greve acarreta ao operário grande número de privações, e além disso tão terríveis que só se podem comparar com as calamidades da guerra: fome na família, perda do salário, frequentes detenções, expulsão da cidade em que residia e onde trabalhava. E apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão. Malgrado as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sempre que veem que seus companheiros iniciaram a luta.

“Os homens que resistem a tais calamidades para quebrar a oposição de um burguês, saberão também quebrar a força de toda a burguesia”, dizia um grande mestre do socialismo, Engels, falando das greves dos operários ingleses.

Amiúde, basta que se declare em greve uma fábrica para que imediatamente comece uma série de greves em muitas outras fábricas. Como é grande a influência moral das greves, como é contagiante a influência que exerce nos operários ver seus companheiros, que, embora temporariamente, se transformam de escravos em pessoas com os mesmos direitos dos ricos! Toda greve infunde vigorosamente nos operários a ideia do socialismo: a ideia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. É muito frequente que, antes de uma grande greve, os operários de uma fábrica, uma indústria ou uma cidade qualquer não conheçam sequer o socialismo, nem pensem nele, mas que depois da greve difundam-se entre eles, cada vez mais, os círculos e as associações e seja maior o número dos operários que se tornam socialistas.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe

operária. Quando um patrão que acumulou milhões às custas do trabalho de várias gerações de operários não concede o mais modesto aumento de salário e inclusive tenta reduzi-lo ainda mais e, no caso de os operários oferecerem resistência, põe na rua milhares de famílias famintas, então os operários veem com clareza que toda a classe capitalista é inimiga de toda a classe operária e que os operários só podem confiar em si mesmos e em sua união. Acontece muitas vezes que um patrão procura enganar, a todo transe, os operários, apresentar-se diante deles como um benfeitor, encobrir a exploração de seus operários com uma dádiva insignificante qualquer, com qualquer promessa falaz. Cada greve sempre destrói de imediato este engano, mostrando aos operários que seu “benfeitor” é um lobo com pele de cordeiro.

Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para aparecer como benfeitores dos operários, os funcionários e seus lacaios se esforçam para convencer os operários de que o czar e o governo czarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça.

O operário não conhece as leis e não convive com os funcionários, em particular os altos funcionários, razão pela qual dá, frequentemente, crédito a tudo isso. eclode, porém, uma greve, apresentam-se na fábrica o fiscal, o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas, e então os operários percebem que infringiram a lei: a lei permite aos donos de fábricas "reunir-se e tratar abertamente sobre a maneira de reduzir o salário dos operários, ao passo que os operários são tachados de delinquentes ao se colocarem todos de acordo! Despejam os operários de suas casas, a polícia fecha os armazéns em que os operários poderiam adquirir comestíveis a crédito e pretende-se instigar os soldados contra os operários, mesmo quando estes mantêm uma atitude serena e pacífica. Dá-se inclusive aos soldados ordem de abrir fogo contra os operários, e quando matam trabalhadores indefesos, atirando-lhes pelas costas, o próprio czar manifesta a sua gratidão às tropas (assim fez com os soldados que mataram grevistas em Iaroslavl, em 1895). Toma-se claro para todo operário que o governo czarista é um inimigo jurado, que defende os capitalistas e ata de pés e mãos os operários. O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos, que também os funcionários defendem os interesses dos ricos, que se tapa a boca do povo trabalhador e não se permite que ele exprima suas necessidades e que a classe operária deve necessariamente arrancar o direito de greve, o direito de participar numa assembleia popular representativa encarregada de promulgar as leis e de velar por seu cumprimento. Por sua vez, o governo compreende muito bem que as greves abrem os olhos dos operários, razão por que tanto as teme e se esforça a todo custo para sufocá-las quanto antes possível. Um ministro do Interior alemão, que ficou famoso por suas ferozes perseguições contra os socialistas e os operários conscientes, declarou uma ocasião, não sem motivo, perante os representantes do povo:

“Por trás de cada greve aflora a hidra da revolução”.

Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital.

Mas a “escola de guerra” ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns operários (e alguns socialistas) começam a pensar que a classe operária pode limitar-se às greves e às caixas ou sociedades de resistência, que apenas com as greves a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. Vendo a força que representam a união dos operários e até mesmo suas pequenas greves, pensam alguns que basta aos operários deflagrarem a greve geral em todo o país para poder conseguir dos capitalistas e do governo tudo que queiram. Esta opinião também foi expressada pelos operários de outros países quando o movimento operário estava em sua etapa inicial e os operários ainda tinham muito pouca experiência. Esta opinião, porém, é errada. As greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único, e se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária. Com efeito, para que as greves tenham êxito são necessárias as caixas de resistência, a fim de manter os operários enquanto dure o conflito. Os operários (comumente os de cada indústria, cada ofício ou cada oficina) organizam essas caixas em todos os países, mas na Rússia isso é extremamente difícil, porque a polícia as persegue, apodera-se do dinheiro e prende os operários. Naturalmente, os operários sabem resguardar-se da polícia; naturalmente, a organização dessas caixas é útil, e não queremos dissuadir os operários de se ocuparem disso. Mas não se deve confiar em que, estando proibidas por lei, as caixas operárias possam contar com muitos membros; e sendo escasso o número de cotizantes, essas caixas não terão grande utilidade. Além disso, até nos países em que existem livremente as associações operárias, e onde são muito fortes as caixas, até neles a classe operária de modo algum pode limitar-se às greves em sua luta. Basta que sobrevenham dificuldades na indústria (uma crise, como a que agora se aproxima da Rússia, por exemplo) para que os patrões premeditadamente provoquem greves, porque às vezes lhes convém suspender temporariamente o trabalho e lhes é útil que as caixas operárias esgotem seus fundos. Daí não poderem os operários limitar-se, de modo algum, às greves e às sociedades de resistência. Em segundo lugar, as greves só são vitoriosas quando os operários já possuem bastante consciência, quando sabem escolher o momento para desencadeá-las, quando sabem apresentar reivindicações, quando mantêm contacto com os socialistas para receber volantes e folhetos. Mas operários assim ainda há muito poucos na Rússia, e é necessário fazer todos os esforços para aumentar seu número, tornar conhecida nas massas operárias a

causa operária, fazê-las conhecer o socialismo e a luta operária. Esta é a missão que devem cumprir os socialistas e os operários conscientes, formando, para isso, o partido operário socialista. Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, esta luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária. Noutra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-las os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. Das greves isoladas os operários podem e devem passar, e passam realmente, em todos os países, à luta de toda a classe operária pela emancipação de todos os trabalhadores. Quando todos os operários conscientes se tornam socialistas, isto é, quando tendem para esta emancipação, quando se unem em todo o país para propagar entre os operários o socialismo e ensinar-lhes todos os meios de luta contra seus inimigos, quando formam o partido operário socialista, que luta para libertar todo o povo da opressão do governo e para emancipar todos os trabalhadores do jugo do capital, só então a classe operária se incorpora plenamente ao grande movimento dos operários de todos os países, que agrupa todos os operários, e hasteia a bandeira vermelha em que estão inscritas estas palavras: “Proletários de todos os países, unidos!”

MAIOR PREOCUPAÇÃO COM A VIDA DAS MASSAS E MAIOR ATENÇÃO AOS MÉTODOS DE TRABALHO

Mao Tsé-Tung

Eu penso ser necessário tratar especialmente de duas questões que, ao longo dos debates, não mereceram a devida atenção da parte dos camaradas. A primeira é a que diz respeito à vida das massas. A nossa tarefa essencial no momento presente, consiste em mobilizar as grandes massas populares para que participem na guerra revolucionária, em derrotar o imperialismo e o Kuomintang por meio dessa guerra, em estender a revolução a todo o país e expulsar os imperialistas da China. Todo aquele que subestimar essa tarefa fundamental não é um bom militante revolucionário. Se os nossos camaradas compreendessem realmente essa tarefa e se apercebessem da necessidade de, custe o que custar, estender a revolução a todo o país, de maneira nenhuma descuidariam ou subestimariam o problema dos interesses vitais e das condições de vida das grandes massas. E isso é assim porque a guerra revolucionária é uma guerra de massas, só pode realizar-se mobilizando-se as massas e apoiando-se nelas.

Acaso poderíamos alcançar o nosso objetivo, que é derrotar o inimigo, se nada mais fizéssemos além da simples mobilização das massas para a realização da guerra? Claro que não. Se queremos vencer, temos que fazer muito mais. Temos de orientar os camponeses na luta pela conquista da terra e devemos distribuir-lhes terras, estimular o entusiasmo dos camponeses pelo trabalho e aumentar a produção agrícola, defender os interesses dos operários, criar cooperativas, desenvolver o comércio exterior, resolver questões tais como a de assegurar às massas vestuário, alimentação, alojamento, abastecimento em lenha, arroz, óleo e sal, resolver-lhes os problemas relativos à saúde e à higiene e ainda os problemas relacionados com o matrimônio. Em suma, todas as questões práticas da vida quotidiana das massas devem constituir objeto da nossa atenção. Se dispensarmos atenção a tais problemas, se os resolvermos e satisfizermos as necessidades das massas, converter-nos-emos em autênticos organizadores da vida do povo, as massas agrupar-se-ão realmente à nossa volta, apoiando-nos com todo o seu calor. E será que poderemos, camaradas, mobilizar as massas para a guerra revolucionária? Claro que podemos.

Entre os nossos militantes, registraram-se casos de preocupação exclusiva com o aumento dos efetivos do Exército Vermelho, com o aumento dos destacamentos de transporte, com a cobrança das taxas sobre a terra e com a promoção da venda de títulos de dívida pública. Tais camaradas não se interessaram pelos restantes problemas, negligenciaram-nos e chegaram mesmo ao ponto de não se ocuparem em absoluto deles. Por exemplo, durante algum tempo, o governo municipal de Tindjou só se ocupou do aumento dos efetivos do Exército Vermelho e da mobilização de homens para os destacamentos de transporte, sem se preocupar um mínimo com a questão do bem-estar das massas. E, no entanto, faltava combustível à população de Tindjou, não se podia comprar sal porque estava sonogado pelos capitalistas, parte da população não dispunha

de alojamento onde abrigar-se, o arroz escasseava na cidade e o seu custo era elevado. Esses eram os problemas práticos que enfrentavam as massas populares em Tindjou, problemas para cuja solução elas depositavam grandes esperanças em nós. Mesmo assim, o governo municipal de Tindjou nem sequer os discutiu. Foi por isso que, pouco tempo após as novas eleições para o Conselho de Representantes dos Operários e Camponeses de Tindjou, mais de cem eleitos deixaram de assistir às respectivas sessões, pois a maior parte destas se limitava à questão do aumento dos efetivos do Exército Vermelho e da mobilização de pessoal para os destacamentos de transporte, não se prestando a menor atenção à vida das massas. Assim, a convocação das sessões do Conselho acabou por tornar-se impraticável. Precisamente por isso foram tão insignificantes os resultados do trabalho para o aumento dos efetivos do Exército Vermelho e para a mobilização de pessoal destinado aos destacamentos de transporte, em Tindjou. Isso é um tipo de casos.

Os camaradas leram certamente o folheto que vos foi distribuído sobre as duas circunscrições exemplares. Nelas, a situação é completamente diferente. Que importantes não são as contribuições dadas ao Exército Vermelho pelas circunscrições de Tchancam(1), na província de Quiansi, e Tsaici(2), na província de Fuquien! Na circunscrição de Tchancam, 80% da juventude e dos homens e mulheres de idade madura ingressou nas fileiras do Exército Vermelho, e, na de Tsaici, 88%. A venda de títulos de dívida pública alcançou igualmente um grande sucesso, tendo sido arrecadados 4.500 yuan em Tchancam, circunscrição que conta com uma população de 1.500 habitantes. E obtiveram-se também muito bons resultados noutros setores do trabalho. Como explicar tal situação? Alguns exemplos far-nos-ão entender. Quando um incêndio destruiu um dos quartos e parte doutro da casa de um camponês pobre da circunscrição de Tchancam, o governo local procedeu a uma coleta entre a população, para acudir ao infortunado. Como três moradores da circunscrição não tivessem meios de subsistência, foram imediatamente socorridos com arroz recolhido pelo respectivo governo e associação de ajuda mútua. Como se tivesse verificado uma falta de cereais no Verão do ano passado, o governo de Tchancam agiu no sentido de fazer vir arroz do distrito de Cunlue(3), que está situado a mais de duzentos lis, prestando assim uma ajuda às massas. Diligências semelhantes foram igualmente feitas com êxito na circunscrição de Tsaici. Esses governos são efetivamente exemplares. Os seus métodos de direção distinguem-se radicalmente dos métodos burocráticos do governo municipal de Tindjou. Há que aprender com as circunscrições de Tchancam e Tsaici e lutar contra as direções burocráticas como a de Tindjou!

Proponho seriamente ao Congresso que prestemos uma profunda atenção aos problemas da vida das massas, desde os problemas da terra e do trabalho aos problemas dos combustíveis, do arroz, dos óleos de cozinha e do sal. As mulheres querem aprender a lavrar e a gradar a terra; a quem pedir para ensiná-las? As crianças querem estudar; já estão criadas as escolas primárias? A ponte de madeira ali da frente é tão estreita que em cada momento se corre o risco de cair-se dela para a água; não será já tempo de reconstruí-la? Muitas pessoas sofrem de várias doenças e têm feridas; como curá-las? Todos esses problemas respeitantes à vida das massas devem ser postos na nossa ordem

do dia. Devemos discuti-los, tomar decisões e aplicá-las, controlando os respectivos resultados. Devemos fazer com que as grandes massas compreendam que nós representamos os seus interesses, que respiramos o mesmo ar que elas. Devemos ajudá-las a, partindo dessas realidades, chegar à compreensão das tarefas mais elevadas que temos proposto, as tarefas da guerra revolucionária, de maneira que apoiem a revolução, a estendam pelo país inteiro, respondam aos nossos apelos políticos e lutem até ao fim pela vitória da revolução. As massas da circunscrição de Tchancam dizem: “O Partido Comunista é realmente muito bom, pois preocupa-se com tudo quanto se relaciona com o nosso bem-estar.” Os camaradas da circunscrição de Tchancam são um exemplo para todos nós. Como são dignos de respeito! Eles souberam conquistar o amor sincero das grandes massas e o seu apelo no sentido da mobilização de homens para a guerra encontra o apoio destas. Queremos conquistar o apoio das massas? Queremos que elas consagrem todas as suas forças à frente de combate? Pois bem, vivamos em comum com as massas, estimulemos o seu entusiasmo e iniciativa, interessemo-nos profundamente pelas questões do seu bem-estar, sirvamos os seus interesses com toda a seriedade e sinceridade e resolvamos todos os seus problemas de produção e vida quotidiana, tais como os do sal, do arroz, da habitação, do vestuário, da proteção da maternidade, numa palavra, os seus problemas. Se agirmos assim, as grandes massas conceder-nos-ão infalivelmente o seu apoio, a revolução passará a constituir para elas uma questão vital e será o seu mais glorioso estandarte. E no caso de o Kuomintang atacar as regiões vermelhas, as massas dar-lhe-ão um combate decisivo, incluído o sacrifício da própria vida. Não há qualquer dúvida sobre isso. Acaso não desbaratamos efetivamente a primeira, a segunda, a terceira e a quarta campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo?

O Kuomintang recorre atualmente à tática dos blocauses(4), constrói “conchas de tartaruga” em larga escala e pensa que, agindo assim, está a construir muralhas de ferro. Camaradas, serão essas muralhas realmente indestrutíveis? De maneira nenhuma. Vejamos: não é verdade que se mantiveram solidamente, e durante milênios, os palácios rodeados de muralhas e fossos dos imperadores feudais? No entanto, com a sublevação das massas, as muralhas e os palácios foram caindo uns atrás dos outros. O czar da Rússia era um dos governantes mais cruéis do mundo; acaso ficou algo dele, depois que os proletários e os camponeses se levantaram em revolução? Absolutamente nada. Que aconteceu às suas muralhas indestrutíveis? Foram desmanteladas. Qual é, camaradas, a verdadeira muralha de ferro? São as massas, os milhões e milhões de homens que genuína e sinceramente apoiam a revolução. Essa é a verdadeira muralha de ferro que nenhuma força pode em caso algum destruir. A contra-revolução não pode esmagar-nos; pelo contrário, somos nós quem pode esmagar a contra-revolução. Unindo os milhões e milhões de homens em torno do governo revolucionário e desenvolvendo a guerra revolucionária, nós liquidaremos toda a contra-revolução e conquistaremos a China inteira.

A segunda questão é a que se refere aos métodos de trabalho.

Nós somos, simultaneamente, dirigentes e organizadores da guerra revolucionária e da vida das massas. A organização da guerra revolucionária e a melhoria da vida das

massas constituem as nossas duas grandes tarefas. É justamente aí que o problema dos métodos de trabalho se nos apresenta em toda a sua gravidade. Não basta formular tarefas; é igualmente necessário resolver o problema dos métodos que permitem cumpri-las. Suponhamos que a nossa tarefa seja a de atravessar um rio; sem ponte nem barca jamais conseguiremos fazê-lo. Daí resulta que se a questão da ponte ou da barca não está resolvida, falar em atravessar o rio é palavreado vazio. Enquanto a questão dos métodos não fica resolvida é inútil falar sobre as tarefas. Se não dispensarmos a devida atenção à direção dos trabalhos que visam aumentar os efetivos do Exército Vermelho, nem nos preocuparmos com os métodos a empregar para tal efeito, ainda que repitamos mil vezes que “é preciso alargar o Exército Vermelho”, não conseguiremos, de modo algum, alcançar os nossos objetivos. Se, na realização de qualquer outro trabalho, quer se trate da verificação na questão da distribuição das terras, da edificação econômica, da cultura e educação, ou do nosso trabalho nas regiões novas e nas regiões fronteiriças, em todo o trabalho, nós não fizemos mais do que fixar tarefas, não pensarmos nos métodos próprios para a respectiva execução, não lutarmos contra os métodos burocráticos de trabalho, não adotarmos métodos práticos e concretos, não rejeitarmos o método autoritarista nem adotarmos o método da persuasão paciente, seremos incapazes de levar avante qualquer delas.

Os camaradas do distrito de Sincuo fizeram um trabalho de primeira ordem e merecem que os distingamos como trabalhadores exemplares. Os camaradas do nordeste da província de Quiansi também fizeram um trabalho importante, de maneira criadora, e merecem igualmente que os qualifiquemos de trabalhadores exemplares. Os camaradas como os do distrito de Sincuo e do nordeste da província de Quiansi, souberam ligar a vida das massas à guerra revolucionária e resolveram ao mesmo tempo as questões do método e das tarefas do trabalho revolucionário. Eles trabalham conscienciosamente, solucionam os problemas com um cuidado minucioso e assumem efetivamente as suas responsabilidades para com a revolução; são organizadores e dirigentes notáveis da guerra revolucionária e organizadores e dirigentes notáveis da vida das massas. Noutras regiões, os camaradas fizeram também progressos no trabalho e merecem a nossa distinção. Foi o que aconteceu em certos pontos dos distritos de Chan-ham, Tchantim, Iontim, etc, na província de Fuquien, no Siquiam e outras regiões do sul da província de Quiansi, em certos pontos dos distritos de Tchalim, Ionsin e Qui-an, na região fronteiriça Hunan-Quiansi, em certos pontos do distrito de Iansin, na região fronteiriça Hunan-Hup-Quiansi e, igualmente, nos sub-distritos e circunscrições de muitos distritos da província de Quiansi e do distrito de Jueiquin, que está diretamente subordinado ao Governo Central.

Em todos os pontos do território sob a nossa administração, há indubitavelmente um grande número de quadros plenos de atividade, excelentes camaradas originários das massas. Esses camaradas têm a responsabilidade de ajudar a melhorar o nosso trabalho nas regiões onde este apresenta fraquezas, bem como de ajudar os camaradas que ainda não estejam aptos a realizar devidamente as suas tarefas. Estamos empenhados numa grande guerra revolucionária, devemos aniquilar a campanha de “cerco e aniquilamento” empreendida em larga escala pelo inimigo, e estender a revolução por

todo o país. Uma responsabilidade enorme recai sobre todos os militantes revolucionários. Depois do presente Congresso, devemos adotar medidas eficazes para melhorar o nosso trabalho, as regiões de vanguarda devem continuar a progredir e as regiões retardatárias devem anular o seu atraso frente àquelas. Precisamos de criar milhares de circunscrições como a de Tchancam e dezenas de distritos como o de Sincuo. Essas serão as nossas posições sólidas. Dominadas tais posições, será a partir daí que iremos desbaratar as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo e derrubar a dominação do imperialismo e do Kuomintang por toda a China.

Notas:

(1) Circunscrição do distrito de Sincuo, província de Quiansi.

(2) Circunscrição do distrito de Chan-ham, província de Fuquien.

(3) Distrito da região vermelha de Quiansi. Tinha por centro a vila de Tuneu, no sudeste do distrito de Qui-an. A esse distrito foi dado o nome de Cunlue, em memória do camarada Huam Cunlue, comandante do III Corpo do Exército Vermelho, que aí perdeu a vida em Outubro de 1931.

(4) Em Julho de 1933, no decurso da conferência militar realizada na montanha Lu, província de Quiansi, Tchiang Kai-chek tomou a decisão de adotar na sua quinta campanha de “cerco e aniquilamento” uma nova tática militar, a tática da construção de blocausses em redor das regiões vermelhas. Calcula-se em 2.900 o número de blocausses construídos na província de Quiansi, até aos fins de Janeiro de 1934. Essa tática de Tchiang Kai-chek foi retomada depois pelos invasores japoneses, na luta que travaram contra o VIII Exército e o Novo IV Exército. De acordo com a estratégia da guerra popular formulada pelo camarada Mao Tsetung, é inteiramente possível frustrar e vencer a tática contra-revolucionária de blocausses, como ficou, aliás, absolutamente comprovado pelo desenrolar ulterior dos acontecimentos.

O “QUE” DE “QUE FAZER?”

Louis Althusser

Que fazer?

A velha pergunta de Lênin, que inaugurou a construção e as práticas do partido bolchevique, não é, para um comunista que conheça a teoria marxista, uma pergunta como as outras.

É uma pergunta política.

Que fazer para ajudar a orientação e a organização da luta de classe operária e popular, para que ela prevaleça contra a luta de classe burguesa?

Todas as palavras devem ser pesadas nessa interrogação simples.

Que fazer para ajudar a orientação e a organização da luta de classe operária e popular? Vemos que a orientação ou a linha política precede a organização, o que é afirmar o primado da linha política sobre o partido e a construção do partido, [sobre] sua organização em função da linha política.

Que fazer para ajudar a orientação e a organização da luta de classe operária e popular? Vemos que a orientação (a linha) e a organização (o partido) dependem da luta de classe operária e popular.

O partido é assim o instrumento da linha política, e a linha política é, ela mesma, a expressão da luta de classe operária e popular atual, quer dizer de sua tendência antagonista à tendência da luta de classe burguesa.

Tudo depende, portanto, da “análise concreta da situação concreta[3]” da tendência atual da luta de classe operária e popular em seu antagonismo com a luta de classe burguesa, portanto da análise concreta desse antagonismo que constitui de uma só vez a classe burguesa em classe dominante e exploradora, e a classe operária em classe dominada e explorada.

Se é verdade que Marx defendeu, ao menos para o modo de produção capitalista, a tese do primado da contradição sobre os contrários, quer dizer, da luta de classes sobre as classes, portanto o primado do antagonismo das classes sobre as classes[4], é, portanto, esse próprio antagonismo que deve ser o objeto da “análise concreta da situação concreta”.

Caso contrário, caímos na “sociologia vulgar”, caso contrário analisaremos a classe burguesa de um lado e a classe operária de outro lado, acreditando que chegaremos a lhes conhecer separadamente. É como se acreditássemos conhecer uma partida de futebol “analisando” a composição das equipes, e não analisando seu confronto, sem o qual não haverá nenhuma equipe de futebol no mundo.

E quando dizemos: primado da contradição sobre os contrários, primado da luta de classes sobre as classes, enunciemos somente um princípio abstrato. Pois é trabalhando,

no “concreto”, que é preciso ver quais são as formas que esse antagonismo apresenta historicamente, e quais formas históricas esse antagonismo dá às classes que ele constitui, até o detalhe. Para compreender o sentido e a fecundidade desses princípios, não podemos, portanto, nos dispensar de ir “a campo” e de analisar as coisas até os menores detalhes.

Como podemos conduzir essa “análise concreta da situação concreta”, saber, por exemplo, o que se passa no detalhe das condições de vida, de trabalho, de exploração de um trabalhador da metalurgia, da petroquímica, da agricultura “familiar” ou industrial, de um ferroviário, de um empregado de banco, da seguridade social, etc.?

Há pessoas que creem que basta lançar um apelo aos interessados, lhes perguntando: nos fale da sua vida, do seu trabalho, da sua exploração, etc. Isso é, por exemplo, o que fez L’Humanité Dimanche [Cem Flores: “Humanité de Domingo”, edição semanal do jornal do partido Comunista Francês, PCF] pedindo a todos os seus leitores interessados que eles falassem da “pobreza”[5]. E o jornal recebeu um número considerável de cartas, que dormem no gabinete do seu diretor[6]. Bem. Os trabalhadores escrevem, eles dizem uma quantidade de coisas interessantes, desconhecidas e chocantes. Isso pode ser um material para uma análise concreta. Isso não é uma análise concreta.

Há pessoas que creem que basta, sem preparação, ir a campo e interrogar os trabalhadores. Ou então eles lhes fazem as perguntas – mas sabemos que as perguntas espontâneas não o são, e que elas estão presas às “ideias” que o entrevistador tem na cabeça – e os trabalhadores dizem o que eles querem dizer. Ou então eles se organizam para fazê-los falar, intervindo o menos possível: mas ainda assim, os trabalhadores dizem o que eles querem dizer, e supondo que eles dizem tudo o que eles sabem, uma coisa é certa: eles sabem sempre muito mais (ou muito menos) do que eles acreditam saber. E esse muito mais, eles não o dizem, pois eles não sabem que eles sabem. E esse muito menos está encoberto por aquilo que eles acreditam saber[7]. Essas “entrevistas” podem ser também um material para uma análise concreta. Isso não é uma análise concreta.

Não podemos deixar de ir a campo, e de nos colocar cuidadosamente à escuta dos trabalhadores – mas também não podemos deixar de nos preparar para esse encontro. Não se trata de uma preparação psicológica para estabelecer um “bom contato” (do gênero desses que fabricam as “relações humanas”): se trata de uma preparação teórica e política. Por isso podemos dizer que uma análise concreta e a teoria marxista, ou a consciência política das condições de um conhecimento, são uma única e mesma coisa. Só difere a escala do objeto.

Lênin disse: não é somente para se conhecer a si mesma, mas para se constituir como classe consciente (quer dizer, dotada de um partido que oriente, unifique e organize sua luta), que a classe operária deve ter na mais grande conta o que se passa fora dela, na classe burguesa. Ela não pode se contentar em saber o que se passa com ela, em se conhecer a si mesma, ela também tem que ver e compreender o que se passa do outro lado. Não se trata de uma simples curiosidade, se trata de perceber de uma só vez os dois termos do antagonismo para poder perceber o antagonismo como o que constitui os

dois termos, a luta de classes como o que constitui as classes ao dividi-las em classes. Caso contrário, a classe operária permanecerá fechada nos seus próprios horizontes, aqueles de sua exploração, de suas revoltas sem amanhã, refém de seus sonhos utópicos, e submetida nesse cativo a todas as pressões e manobras da luta de classe burguesa.

Para poder chegar a perceber o antagonismo, para poder chegar a compreender o mecanismo dessa luta de classes que divide as classes em classes, a simples “consciência de si” não basta. A televisão italiana recentemente interrogou operários da Alfa Romeo no seu local de trabalho[8]. Esses são trabalhadores de vanguarda, com uma consciência extraordinariamente elevada. Vemos tudo o que eles fazem, eles dizem tudo o que eles sabem. São operários de uma oficina separada: eles ocupam um posto simples no imenso processo de trabalho da produção da Alfa Romeo. Isolados como eles estavam, em sua oficina, em seu trabalho, eles ainda conseguiram ter uma ideia da estrutura e dos mecanismos do processo de produção da sua fábrica, não somente do processo de trabalho da sua própria fábrica, mas também da existência da subcontratação que era feita fora, e mesmo da política econômica e financeira da Alfa Romeo, dos seus investimentos, de seus mercados, etc. Eles também adquiriram – o que é extremamente raro – uma certa consciência dos efeitos produzidos sobre eles mesmos por esse sistema, sobre suas próprias condições de trabalho, sobre sua exploração, sobre a relação entre essa exploração e as condições de reprodução de sua própria força de trabalho (sua habitação, sua família, a mulher, as crianças, a escola, a seguridade social, os transportes, seu carro, etc.). Eles também conseguiram, de um certo modo, compreender, o que é ainda mais surpreendente, que seu isolamento e a ignorância na qual o monopólio Alfa Romeo mantém seus operários em relação à sua política, inclusive em relação à sua organização e sua divisão do trabalho, fazem parte integrante das condições de sua exploração, posto que esse isolamento e essa ignorância são uma das formas da luta de classe burguesa, destinada a impedir sua tomada de consciência coletiva justa, e, portanto, a eficácia de sua ação reivindicativa ou política.

Eles foram, portanto, extremamente longe na sua “tomada de consciência[9]” – e eu insisto bastante que se trata, no caso em questão, de uma “consciência” excepcional, ininteligível fora das lutas dos metalúrgicos italianos, que conseguiram, com o passar dos anos, ultrapassar largamente o quadro das reivindicações sindicais tradicionais (defesa do salário, luta contra o ritmo de trabalho, etc.), para intervir na organização do processo de trabalho e seu controle operário, e mesmo na política de investimento do truste que os emprega. Nós não conhecemos na França exemplos desse gênero, nem de longe.

Pois bem, os mesmos trabalhadores que demonstraram essa capacidade de análise fora do comum, “tropeçam” numa dificuldade insuperável. Se eles sabem o que se passa na sua fábrica e no seu truste, eles não têm nenhuma ideia comparável do que se passa realmente na Fiat, portanto no mesmo ramo de produção, e absolutamente nenhuma ideia do que se passa nos outros ramos da produção nacional, a metalurgia, o têxtil, a petroquímica, as minas, a agricultura, os transportes, os trustes de distribuição e a finança, etc. Portanto, é absolutamente impossível de se ter uma ideia do que determina o que se passa na Alfa Romeo se não temos uma ideia tão completa quanto possível

sobre a posição da Alfa Romeo não somente na produção e no mercado automobilístico, mas também na metalurgia, nos têxteis, na indústria de plásticos, na petroquímica, na borracha – indústrias que interessam diretamente a produção de automóveis, posto que elas lhe fornecem seus produtos finais, como matéria prima para a construção de veículos. E é absolutamente impossível de compreender o que determina a existência e a importância da produção automotiva na produção nacional se não compreendemos o lugar definido que ocupa a produção automotiva no conjunto da produção econômica, quer dizer no conjunto de ramos existentes. Esse próprio lugar não pode ser compreendido a não ser que consideremos em conjunto a concorrência de capitais à busca da taxa de lucro máxima, que explica que o capital se investe no setor automotivo (em vez de em outros), e o lugar desse investimento no conjunto da estratégia econômica da burguesia, que é inseparável da luta de classes burguesa.

Isso pode parecer surpreendente, mas já foram feitos estudos que provaram que a produção em massa de carros, que anteriormente eram um objeto de curiosidade e luxo para os ricos, portanto a produção de automóveis a um preço relativamente baixo para as massas, portanto para os trabalhadores, produção em massa inaugurada conscientemente por Ford nos Estados Unidos, estava ligada a uma remodelação total da antiga estratégia da luta de classes burguesa.

Antigamente o patrão construía as moradias operárias em torno de sua fábrica. Essa era uma prática corrente não apenas para as minas (os “corons”) [Cem Flores: os dicionários consultados definem “coron” como “grupo de casas (para operários das minas)”. Na ausência de uma tradução em uma única palavra, mantivemos o original francês], mas para a metalurgia e os têxteis (as cidades operárias). Essa solução apresentava vantagens: os operários não tinham necessidade de transporte (= tempo perdido), eles chegavam descansados pela manhã ao posto de trabalho. O patrão tinha suas próprias lojas, sua igreja, seu padre, suas escolas nesse lugar. Ele podia explorar duplamente seu mundo, no trabalho e na venda da subsistência e do vestuário. Ele podia, sobretudo, supervisionar de perto seu mundo, que ele tinha à sua disposição, para a exploração no trabalho, para a dependência e para os ganhos no consumo, e para seus padres e seus professores.

Mas essa dupla concentração sobre o mesmo local – concentração no processo de trabalho e concentração na manutenção da força de trabalho e sua reprodução – tinha também graves inconvenientes. O primeiro era que não se podia aumentar a força de trabalho senão sob a condição de investir na construção de moradia, etc. O patrão se chocava com esse primeiro limite. E ele se chocava sobretudo com o segundo: é que essa dupla concentração multiplicava os contatos entre os trabalhadores e lhes dava uma força formidável na luta.

Marx[10] insistiu no papel da concentração dos operários no processo de produção na “tomada de consciência” dos interesses de classe, e na organização das lutas coletivas. Quando a concentração no processo de trabalho se repete numa concentração de habitação, quando o local de trabalho é praticamente o mesmo que o local de habitação, e quando apenas os trabalhadores da fábrica são reagrupados numa mesma zona de

habitação, imaginem-se os efeitos explosivos que podem ter essa dupla concentração na “tomada de consciência” e nas lutas. Não é um acaso que, na história das lutas operárias, tenham sido os mineiros que estiveram por muito tempo na vanguarda, seguidos pelos estivadores e os trabalhadores da metalurgia, depois os trabalhadores têxteis.

Diante desse grave perigo, que ameaçava a segurança da sua exploração, a burguesia mudou de estratégia. Ela renunciou à sua velha prática de construir “cidades operárias” ao redor das fábricas, ela renunciou a todas as vantagens que ela obtinha, e adotou uma nova orientação.

Eram necessários mais e mais trabalhadores e, para sua contratação, não se podia depender do “urbanismo” do acolhimento nas cidades operárias, “corons” ou outros. Era preciso poder contratar não importa qual trabalhador morando não importa onde, mesmo distante, mesmo muito longe e à vontade; era preciso também poder “jogar” com as flutuações do mercado, aumentar ou diminuir a mão de obra em um setor, ou fazê-la passar para outro. A “mobilidade” da mão de obra tornou-se uma das condições absolutas do desenvolvimento do capitalismo imperialista, do seu “jogo” com os investimentos de capital e seu deslocamento. Era preciso que o capital fosse enfim totalmente liberado dos antigos entraves de investimento de capital fixo em cidades operárias localizadas ao redor da fábrica. A mobilidade dos capitais, submetida à busca do lucro máximo (na base da taxa de lucro média) impôs a mobilidade da mão de obra, quer dizer, de fato, a liberação da mão de obra de um local de moradia obrigatoriamente localizado na proximidade da fábrica. E era evidente, razão que é a mesma da primeira (pois quando a burguesia visa extrair o máximo de lucro da exploração, que é luta de classe, ela deve ao mesmo tempo assegurar o máximo de segurança social e política à sua exploração) – era evidente que era necessário, para resistir à luta operária que nascia da dupla concentração, dispersar ao máximo os trabalhadores. Já era suficiente que eles fossem agrupados na concentração do processo de trabalho: não era necessário que eles fossem, além do mercado, agrupados também ao redor da fábrica em uma cidade operária!

Essas não são variações imaginárias, mas fatos, e eu não atribuo à burguesia um processo qualquer de intenções. Nós dispomos de uma quantidade de textos, de declarações, e de estudos redigidos por seus próprios especialistas que provam que ela estava perfeitamente consciente da característica de classe de sua “virada” em matéria política da moradia operária: dos perigos que essa “virada” se destinava a prevenir, e dos efeitos que ela esperava dessa virada.

Naturalmente, essa “virada” em termos de moradia operária, que abandona completamente a escolha da habitação ao operário (habitem como vocês quiserem, eu não quero saber), deixava ao mesmo tempo o operário entregue à lógica de uma série de processos complexos e aparentemente aleatórios, nos quais a renda fundiária urbana desempenha um papel predominante, ao lado da política a mais cínica (Hausmann destruindo os bairros operários do centro de Paris para abrir largas artérias nas quais os fuzis e a artilharia pós-1848 poderiam “fazer maravilhas”), o que contribuiu para

transferir a multidão de operários para as periferias, conquistadas pouco a pouco das terras cultivadas. O capital financeiro, a renda fundiária urbana, a política resultaram assim na renovação das características de classe dos bairros do novo urbanismo capitalista. Relegados às periferias distantes, os operários passaram a morar como puderam, e quando pensamos que, concentrados na produção, eles ainda eram muito perigosos, então tentaram “mudar seu espírito”, quer dizer, sem rodeios, os convidaram a desertar da luta de classe pelo interesse da propriedade, lhes permitindo a cada um comprar sua pequena casa e seu pequeno jardim nas periferias. Essa foi a política de moradia, concebida explicitamente, sem nenhuma dissimulação, abertamente declarada indispensável à despolitização da classe operária. O operário proprietário, todas as horas gastas em pequenos trabalhos domésticos na casa e no jardim, longe de todo “café” e além disso preso aos empréstimos de longo prazo e à sua pequena família – que melhor garantia sonhar para o capitalismo!

É aqui que nós voltamos ao automóvel. Ele foi, nessa grande conversão da política burguesa em relação à força de trabalho, claramente e conscientemente concebida por Ford, que inaugurou a produção em massa, como um produto para as massas, portanto para os trabalhadores, como um meio indispensável para permitir ao operário, morando não importa onde e, portanto, a maior parte do tempo longe da fábrica, mais longe ainda talvez de sua próxima fábrica, se a primeira o dispensa, etc., de transportar-se ele mesmo de sua moradia às portas da fábrica, e de apresentar-se quase tão descansado como se eles habitassem a vizinhança imediata. Que haja fábricas para os ricos (Lancia, Ferrari) ou como a Alfa Romeo, que sejam um pouco mais especializadas em carros geralmente acima dos meios do operário comum (e depois do Alfasud, não é mais nem esse o caso), não significa nada: o carro também presta os mesmos serviços a outros trabalhadores, empregados, quadros, etc., habitando eles também longe da empresa onde trabalham. O que é importante é que as próprias Ferrari, Lancia e Alfa Romeo existem sobre a base da Fiat e de suas similares (General Motors, Ford, Citroën, WM, etc.), quer dizer sobre a base de uma gigantesca empresa imperialista, implantada no mundo inteiro, e que se consagra quase exclusivamente no seu raio automobilístico aos veículos produzidos em massa, para o consumo de massa, quer dizer de carros populares que um operário pode normalmente comprar.

Que essa realidade, ainda hoje muitas vezes incompreendida por alguns, a saber, que o automóvel faz parte integrante dos meios de deslocamento da força de trabalho, quer dizer de sua manutenção e de sua colocação à disposição [enquanto] trabalho explorado, tanto quanto os meios de transporte servem, entre outros, ao transporte de mercadorias para o mercado, ao “tornar-se mercadoria da mercadoria” (Marx[11]), não se explica pelo “progresso técnico” ou pelo “desenvolvimento da produtividade”, mas pela história de uma prodigiosa e completa mudança na estratégia da luta de classe burguesa – isso, os operários os mais conscientes da Alfa Romeo não podiam saber. Não apenas eles não poderiam ultrapassar os limites da sua própria empresa, da qual eles compreendiam muito bem a estrutura e o mecanismo, não apenas eles também não poderiam conhecer bem o que se passava na Fiat (cuja estratégia de investimento e de multiprodução à escala mundial lhes escapava), não apenas eles não podiam saber o que se passava nos

outros ramos da produção nacional italiana, mas eles não estavam evidentemente conscientes do papel muito importante que a produção em massa de automóveis havia desempenhado na reconversão estratégica do capitalismo em relação à força de trabalho no quadro da luta de classe burguesa.

Eis o que se passava e o que não se passava nesse extraordinário filme da televisão italiana, no qual os operários da Alfa Romeo falavam do seu trabalho, da sua exploração, da sua empresa capitalista, dos mecanismos do seu processo de produção e da sua política de investimentos, e também da sua forma de travar a luta de classe dentro da fábrica, a qual replicava uma luta de classe operária dum vigor excepcional.

O que se passava, era o que víamos e ouvíamos. Na televisão, víamos os operários no trabalho, e os ouvíamos dizer o que eles sabiam, no que eles haviam se tornado, nas suas lutas, conscientes. E o que eles diziam era surpreendente: que eles tenham chegado por conta própria, quer dizer na sua luta sindical, a uma tal consciência, a um tal conhecimento, mostrava que eles sabiam tanto quanto os melhores quadros e engenheiros da fábrica, e sabiam mais, pelo menos em certos aspectos.

Mas não víamos senão aquilo que víamos, e isso não ia muito longe: um homem no trabalho, é uma inteligência hábil extrema, mas não mais que isso. E não ouvíamos senão aquilo que eles diziam, senão aquilo que eles haviam descoberto. Faltava somente o resto... o resto, quer dizer todo o sistema em conjunto que rege as formas concretas e os meios concretos da luta de classe burguesa em seu conjunto, em seu antagonismo à luta de classe operária, e que resulta nesse simples fato, que parece auto evidente, mas que como tudo que é “auto evidente” é enigmático: mas por que toda a produção de automóveis repousa sobre a produção em massa de automóveis, portanto para as massas? Por que então os trabalhadores têm automóveis, portanto necessitam de automóveis? Vocês podem pensar, talvez, que eles os comprem para o prazer ou por fazer no domingo um passeio em família, ir ver os companheiros? Por que os automóveis para os operários? Essa pergunta simples, que comanda tudo, os operários da Alfa Romeo não a fizeram. Eles não podiam fazê-la.

Pois não é observando, nem mesmo analisando o trabalho dos operários em seus postos, ou mesmo o processo de trabalho, ou mesmo a política de investimentos da firma, ou mesmo sua política de luta de classe na fábrica, que podemos chegar aos princípios teóricos que permitem compreender, no seu centro e nas suas manifestações, o antagonismo fundamental da luta de classe que divide as classes em classes. Para isso é preciso recorrer à única teoria que levou em consideração e à sério esse problema e o resolveu realmente e concretamente, de uma forma que a prática verifica todos os dias: a teoria marxista. Portanto, não há análise concreta da situação concreta sem um mínimo de matriz da teoria marxista. Essa matriz é indispensável para compreender dentro de qual sistema o conjunto das coisas se passam. Ora, esse sistema abrange hoje até o mercado mundial de capitais e as multinacionais, sua “política” de deslocamento dos investimentos em função da mão de obra a mais mal paga, de pesquisa e conquista de fontes de matérias primas e das flutuações dos seus preços, a “situação política” inquietante ou tranquilizadora de tal país, etc. Para compreender o lugar que ocupa tal

processo de trabalho no qual está engajado tal operário em tal ramo, é preciso, ao menos nos seus grandes traços, compreender o mecanismo desse sistema.

Mas esse mesmo domínio é indispensável para conseguir ter uma “escuta” justa frente a um operário que fala da sua vida e do seu trabalho. Pois para poder escutá-lo, aquele que escuta deve saber quais perguntas fazer e quais perguntas não fazer; ele deve saber relacionar o que o trabalhador diz com o que o próprio trabalhador ignora dos efeitos do processo conjunto sobre a sua própria condição; e ele deve, finalmente e acima de tudo, através dessa relação, estar disposto a aprender o que ele não sabe e que o trabalhador sabe, mas sem saber que ele o sabe, e que ele acaba dizendo, mas de forma torta, enviesada, e até nas suas omissões e silêncios.

Que o trabalhador sabe mais do que ele sabe ou menos do que ele sabe revela uma realidade que a teoria marxista conhece bem e que ela nos descortina: os efeitos da ideologia. As condições de vida, de trabalho, de exploração, de luta, de reprodução da força de trabalho não são coisas nuas que nós podemos observar como observamos o que se passa em uma estação. Mesmo se, de acordo com a palavra de Marx[12], a máquina da grande indústria reduz os seus trabalhadores ao estado de seus próprios apêndices, os homens não são “animais máquinas[13]”. Em vez disso, eles são “animais ideológicos[14]”. Eles têm o que nós chamamos de “ideias” sobre eles, sobre seu trabalho e sobre o mundo.

E essas ideias podem muito bem lhes vir em ordem dispersa, de acordo com os acasos da sua experiência, elas terminam sempre por se agrupar sob sistemas de conjunto de ideias que têm uma certa coesão, na ausência de coerência total, que nós chamamos ideologias. Elas terminam sempre por se reagrupar sob elas, porque elas já estavam agrupadas sob elas antes, e “os acasos da experiência” mais frequentemente não são senão a forma que assumem as ideologias para se imporem aos indivíduos sociais. As ideologias não são a soma das “ideias” dos indivíduos, elas são “sistemas”, sejam rígidos, sejam flexíveis, o mais frequente os dois. As ideologias não são “ideias” puras e simples (o que não tem nenhuma existência sob essa forma), mas como elas têm sempre uma relação com a prática, como elas inspiram sempre um certo sistema de julgamentos e de atitudes práticas, é necessário compreendê-las em seu corpo, a atividade do [corpo][15], portanto também nos corpos.

Sim, as ideologias têm corpos, de onde elas emanam, da mesma forma como elas se apoiam sobre esses corpos[16]. Esses corpos são as “instituições”, por cima de todo Estado e seus diferentes aparelhos ideológicos (sistema jurídico, sistema escolar, sistema político, sistema sindical, sistemas religiosos, familiares, médicos, informacionais, culturais, etc.). No conjunto dessas regiões ideológicas se desenrola uma selvagem luta de classe ideológica, entre a ideologia dominante (aquela da classe dominante) e as ideologias dominadas.

Tudo isso, que parece nos conduzir para bem longe do trabalhador, nos traz diretamente de volta a ele. Pois ele é o lugar onde se confrontam as ideologias complexas até dentro de seus corpos, e cujo antagonismo é “naturalmente” encoberto para ele: o Estado e todo seu sistema ideológico geral, e o capitalista e todo seu sistema ideológico para uso

interno, lhe propõem constantemente “ideias” pelas quais ele pode se reconhecer, “ideias” sobre o salário como preço do trabalho, sobre a promoção social, sobre a participação, sobre a livre divisão de tarefas, sobre a diferença entre a economia (a produção) e a política, sobre os valores morais que ele deve incorporar se ele quiser ser um bom pai de família, sobre a escola que garantirá o futuro dos seus filhos, isso quando não é a Igreja, a que os batiza, lhes catequiza, e lhes fala, como fala a ele, da vida eterna como recompensa dos sofrimentos deste mundo. Esse impressionante sistema de sistemas, que não é nem formal nem formalizável (o marxismo nada tem a ver com a “teoria dos sistemas”, que representa hoje a vanguarda da luta ideológica de classe do imperialismo), possui muita força de intimidação e, às vezes, atrativos compensatórios para fazer esquecer ao operário que ele não é mais do que o apêndice da máquina, quer dizer, o explorado do capitalismo. Mas o operário também tem sob seus olhos a condição real feita em relação a ele, e por pouco que ele se revolte e que sua revolta seja iluminada pela luta organizada, em seguida lhe veem outras ideias: aquelas que denunciam as primeiras como mistificações, aquelas que lhe falam da realidade da luta de classes e da necessidade de se unir para mudar suas condições de trabalho e essa sociedade que as engendra sem cessar.

Isso que eu disse é extremamente esquemático. Como fazer em algumas linhas? Elas bastam, no entanto, para fazer perceber que o trabalhador que fala de suas condições de trabalho e de vida não fala delas como um entomologista, mas como um homem seja mais ou menos submetido às formas concretas que a ideologia dominante produz para responder às suas preocupações precisas, seja mais ou menos libertado delas, e por essa libertação tornando-se mais ou menos consciente dessas mesmas condições de trabalho e de exploração, com todos os seus prolongamentos na reprodução de sua força de trabalho. É quando podemos compreender essa frase, que permanece sem dúvida enigmática, que o mesmo trabalhador possa saber mais do que ele acredita saber, e igualmente, pois o caso também se apresenta, possa saber menos do que ele acredita saber. E, paradoxalmente, não é sempre quando ele é o mais “consciente” que ele sabe automaticamente mais do que ele acredita saber. Pois ele pode ser como que cegado pelas primeiras verdades da “consciência” que ele adquiriu: isso se vê com os militantes, entre os quais o b-a-bá da consciência torna-se uma espécie de saber absoluto, que lhes torna cegos para toda uma parte da sua própria condição, e sobretudo aquela dos seus camaradas. Aqueles tomam a consciência de si como o conhecimento, e sua consciência de si bloqueia seu conhecimento. No entanto, acontece que os trabalhadores que não pretendem possuir nenhuma “consciência” particular, apenas porque eles não fazem parte de nenhum sindicato nem de nenhuma organização política, sabem verdadeiramente muito mais do que eles pensam saber. Aqueles não tomam a consciência de si pelo conhecimento, e sua consciência não bloqueia automaticamente seu conhecimento. Uma análise concreta séria deve estar atenta a essas diferenças e esses paradoxos.

Esses paradoxos não são simples curiosidades naturais: eles são de uma importância política muito grande. Pois é sobre esse[s] paradoxo[s] que está baseado na tradição marxista o primado das massas sobre as classes, e o primado das massas e as classes

sobre as organizações de luta [de]classes, sobre o sindicato e sobre o partido[17]. Não se trata de maneira nenhuma de cair no culto das massas, mas de ser extremamente atento ao grau de consciência dos operários, sabendo que seu grau de consciência e, a fortiori, de conhecimento não corresponde necessariamente ao grau que eles acreditam ter alcançado, portanto à sua consciência de si. Pelo primado das massas sobre as classes, das massas e das classes sobre o sindicato e sobre o partido, a tradição marxista também quer dizer mais outras coisas mais, mas no ponto que estamos tratando, ela designa, na forma de uma advertência ao bom entendedor, para o qual meia palavra basta, o simples fato que os trabalhadores não escapam à luta ideológica, portanto, à dominação da ideologia dominante, e que toda forma de consciência sindical ou política é constantemente ameaçada de ser tomada pela verdade acabada, a menos de reconhecer que os operários não organizados, portanto em princípio menos conscientes, podem saber, no seu silêncio, muito mais que aqueles que falam um pouco rápido demais em seu nome.

* * *

Nós podemos agora abordar a pergunta mais temível, aquela que está contida no “Que” de “Que fazer?”. Mas antes dessa pergunta, há ainda uma outra, não menos temível, que está contida no próprio fato da interrogação.

* * *

Podemos de fato, legitimamente, nos demandar a quem se dirige, a quem pode se dirigir a pergunta política “Que fazer?”. Será muito fácil responder que, já que ela é política, ela se dirige aos homens que já sabem o que é a política, a ação política, e que têm, portanto, uma consciência política para fazer a si mesmos, numa dada situação, a pergunta: “Que fazer?”. Esses homens já seriam militantes mais ou menos acostumados à organização e à luta e que teriam consciência suficiente para compreender que a luta de classes chegou a um ponto crítico para a classe operária, que a classe operária não pode mais, por exemplo, continuar com sua velha organização, sua velha linha, suas velhas práticas. Nessas condições, como Lênin em 1903, eles se fariam a pergunta: “Que fazer?”. Eles a fariam eles mesmos, como militantes (mais ou menos) conscientes do impasse histórico ou da crise das organizações de luta de classe operária. E Lênin não teria então feito senão ouvir a questão deles, retomá-la, lhe dar o máximo de importância, de força, e de publicidade, mas também com a vantagem (sobre eles) de propor respostas concretas à pergunta deles: é preciso fundar uma nova organização, e, agora, é em torno de um jornal que ela se formará, servindo de meio à unificação dos “círculos” revolucionários existentes porém dispersos; ela deve manter tais relações com o movimento operário, com o movimento camponês, ela deve conduzir tais lutas de classe unitárias-populares contra a luta de classe feudal-burguesa e seu instrumento, o

czarismo, e nessa luta que será durante muito tempo clandestina, o partido deve ser organizado de uma tal maneira (centralismo democrático muito rigoroso), comportando um núcleo importante de “revolucionários profissionais”, etc.

Nessa hipótese, é, portanto, um dirigente que retoma a questão que se fazem os militantes já conscientes, e que tomando por base a teoria marxista, aprofundada pelas exigências objetivas do momento, e tomando por base as condições objetivas da luta de classe existente, e também as condições ditas “subjetivas” (grau e formas de organização existentes, que realizam e medem a “consciência” das massas e dos militantes), responde à pergunta “Que fazer?” com respostas concretas bastante precisas, as quais constituem entre si todo um sistema, por um lado, de princípios de teoria, de orientação, de organização e de ação (para uma luta de “longa duração”), e, por outro, as palavras de ordem correspondentes (para a ação imediata).

Eu insisto neste ponto. Podemos reconhecer, formalmente, uma resposta marxista teoricamente e politicamente responsável à pergunta “Que fazer?” se prestarmos atenção ao fato que ela possui necessariamente essa dimensão: uma dimensão de futuro, para a “longa duração” da luta da classe operária, que retoma àquele que faz a pergunta publicamente. Essa dimensão de futuro é o que nós chamamos a resposta da “estratégia” ou da “linha política”, e, ao mesmo tempo, os meios teóricos, organizacionais, ideológicos e práticos necessários a realizar, na luta, essa “linha”. Assim, para a França, a linha de união do povo da França[18], cimentada pela união da esquerda[19] e os meios que lhe devem corresponder.

Mas, para ser responsável, a resposta marxista comporta, além das respostas a respeito da “longa duração”, portanto da estratégia e da “linha”, respostas para a ação imediata, o que podemos, no limite, chamar de “palavras de ordem”. Naturalmente, essas “palavras de ordem” de aplicação imediata, ou para o futuro próximo, não constituem respostas de uma natureza totalmente diferente das respostas estratégicas: pois, ao contrário, não podemos concebê-las, e portanto formulá-las, logo propô-las aos militantes do partido (ou do sindicato), senão tomando por base as respostas estratégicas, portanto em função da “luta de longa duração”, que deve levar em conta, ao máximo possível, o conjunto dos elementos da situação objetiva, e da tendência dominante de seu antagonismo.

Por exemplo, uma palavra de ordem como “lutemos contra as penhoras[20]” (citado por G. Marchais em seu relatório) é uma palavra de ordem imediata, mas como palavra de ordem ela se inscreve na “linha de longa duração” de uma estratégia de classe de defesa e de unificação das massas populares na sua luta contra a exploração imperialista: ela prepara, ao seu nível, nesse terreno, “passo a passo, pedra a pedra” (G. Marchais), na defesa imediata dos operários franceses e imigrantes, pequenos aposentados, e outros “pobres”, o objetivo estratégico de ajudá-los a se unir na luta pela “mudança democrática”, e mais distante ainda, pelo socialismo.

Da mesma forma, uma palavra de ordem como “demandemos aos operários da metalurgia de Lorraine lutar pela nacionalização da siderurgia[21]”, onde o Estado engole bilhões em “desperdício”[22], é uma palavra de ordem ao mesmo tempo

imediate e para o futuro próximo. Ela também se inscreve, obviamente, numa “linha de longa duração” por defender toda uma categoria de trabalhadores, num ramo inteiro da produção, visando preparar, aqui também “passo a passo”, a unificação dos trabalhadores na sua luta em relação a objetivos estratégicos claros, a saber, a união popular (ou união do povo da França), da qual “a união da esquerda é o cimento” (G. Marchais).

Formalmente, essa palavra de ordem é perfeitamente justa, mas podemos nos questionar se as condições “objetivas” para sua aplicação estão reunidas. As condições “subjetivas” (a vontade dos trabalhadores de salvar seu trabalho a qualquer preço, a vontade do sindicato e do partido) estão certamente reunidas. Mas as condições objetivas, que devem levar em conta não apenas uma “linha estratégica”, mas também toda “palavra de ordem” resultante dela, têm, é preciso dizer, problemas. Não apenas porque, vitoriosa em 19 de março[23], a burguesia certamente não tem, na sua própria estratégia de longa duração, “a intenção” de nacionalizar a siderurgia. Mas também porque, qualquer que seja a classe no poder, se uma classe deseja verdadeiramente nacionalizar a siderurgia, ela colidiria com as enormes dificuldades atuais que nascem da concorrência internacional, à qual é capaz de jogar no mercado francês produtos metalúrgicos a preços de 30% a 50% inferiores aos preços da produção francesa, considerando o estado dos seus equipamentos (portanto, sua produtividade técnica), considerando o estado dos salários, e, no final das contas, considerando o estado das taxas de lucro que os capitalistas da siderurgia pretendem obter no mercado francês (pois o mercado estrangeiro já está ocupado pela produção a baixo preço do Japão e de outros países) a partir da produção metalúrgica.

Se eles não obtiverem essa taxa de lucro, atualmente inferior na metalurgia em relação aos outros ramos da produção francesa, eles serão tentados a abandonar a produção siderúrgica e a recuperar seu capital fixo, apesar das grandes dificuldades de fazê-lo (isso é, em termos práticos, quase impossível: não se recupera uma mina! nem mesmo um alto forno), a procurar outros ramos de produção, ou simplesmente, como eles fazem, a se fazerem financiar pelo Estado. E quando uma empresa ou, por mais motivos ainda, um ramo da produção capitalista se faz “financiar” pelo Estado, é sempre, por empréstimos do Estado, ou seja, por meio dos impostos, tanto dinheiro (dezenas de bilhões de novos francos) que prevalece sobre a mais-valia extorquida ao conjunto dos trabalhadores produtivos, ou seja, principalmente da classe operária, e não da classe capitalista.

Esse exemplo mostra que é às vezes relativamente fácil, quer dizer fácil, “tirar” algumas palavras de ordem imediatas da “linha estratégica de longa duração”: como “lutar contra as penhoras”, “defender o poder de compra dos trabalhadores”, “lutar para ampliar a democracia” (representação proporcional, defesa e extensão dos direitos sindicais, reconhecimento dos direitos políticos nas empresas), realizar, sob todas as formas possíveis, por ocasião de todas as lutas concretas, a unidade com os camponeses trabalhadores, com a pequena burguesia urbana, com os intelectuais, etc. Mas, por outro lado, é muitas vezes difícil, quer dizer muito difícil, “tirar” imediatamente algumas palavras de ordem de uma “linha estratégica” justa em si mesma, pois as condições

objetivas da realização dessas palavras de ordem dependem, elas mesmas, imediatamente de condições que a “linha política” ela mesma não levou seriamente em conta. Quando a linha política não levou em conta, quer dizer não reconheceu a existência dessas condições e não as analisou concretamente, é uma ilusão crer que uma palavra de ordem, mesmo “tirada” dessa linha política formalmente justa, vá poder, por milagre, fazer o trabalho da “linha política” em seu lugar. Com o que, no limite, uma palavra de ordem pode ser falsa, mesmo se ela tiver sido tirada de uma linha formalmente justa.

Essa é, evidentemente, uma situação limite, na qual a direção de um sindicato ou de um partido não fez seu trabalho de “análise concreta da situação concreta”, ou só o fez pela metade, de longe e de cima, em nome de uma “teoria” vaga que ela se contenta em aplicar. Esse é atualmente o caso do PCF e de vários partidos comunistas.

Durante anos, o PCF “decidiu” dessa forma, de cima do que deveria ser a realidade concreta, sem fazer uma análise concreta verdadeiramente séria e aprofundada, mas se contentando em aplicar aos simples fenômenos visíveis, portanto superficiais, do “concreto”, a verdade duma “teoria” seja artificial, seja em parte arbitrária, seja inexata ou insuficiente – ainda que parcialmente verdadeira – de uma “teoria” adotada por razões de legitimação teórica de sua “linha política”.

Eu quero falar da dita teoria do CME[24]. O partido acreditou que a “aplicação” de uma teoria como essa feita a partir do “concreto” visível lhe daria o conhecimento verdadeiro do dito “concreto”. É assim que os funcionários do Partido ou outros comunistas escreveram, a partir da teoria do CME, uma quantidade de autoproclamadas “análises concretas” seja sobre “as classes sociais na França”, seja sobre a “pobreza”, seja sobre a Universidade, seja sobre a ciência (“a revolução científica e técnica”), seja sobre a cultura, etc. Existe algo de verdadeiro nesses ensaios, mas esses não são estudos verdadeiramente teóricos: demonstrá-lo seria, todos o sabem ou suspeitam, uma brincadeira de criança. A lista é muito longa, e se o CDLP[25] está em dificuldade, o encalhe dessas obras medíocres sem dúvida não acontece por acaso: elas não interessaram ninguém sério e permaneceram nas lojas.

Esse fracasso público, como vários outros exemplos, torna evidente a via que não deve ser seguida: a da simples aplicação ao concreto de uma teoria, eu não digo apenas de uma teoria falsa ou falsificada em princípio, mas de uma teoria em geral, incluindo uma teoria verdadeira. Se vocês pegarem a teoria marxista, suposta verdadeira, e vocês decidirem aplicá-la ao concreto e esperarem dessa “aplicação” a produção da própria verdade do concreto, vocês podem ficar esperando. Pois essa operação de aplicação supõe que tenhamos uma ideia completamente falsa da própria teoria marxista.

Se vocês aplicarem uma teoria pré-existente ao concreto para conhecerem esse concreto, vocês estarão supondo inevitavelmente que a teoria já contém, nela mesma, ainda que em germe, mas em todo o caso em princípio, a verdade do concreto que vocês fingem esperar da aplicação da teoria. E se vocês aceitam essa posição, e se vocês a generalizam, isso supõe que a teoria marxista possui nela mesma e de antemão, sob a forma teórica, a verdade de tudo que pode se apresentar no mundo sob a forma de

“concreto”. Eu não procedo aqui a uma crítica sofista, eu digo as coisas como elas são, e a princípio todo esse procedimento é muito simples (ainda que ele se revista, no mais das vezes, de formas extremamente complicadas, justamente para esconder a sua impostura). Se a teoria marxista é de antemão a verdade de todo o concreto, quer dizer, de todas as situações concretas, quer dizer de tudo o que se pode produzir de novo e imprevisto na história (e nós fomos servidos, nos últimos vinte anos, do que era imprevisível, do inimaginável!), isso quer dizer que ela não é uma teoria “de caráter científico” ou “operatório” (pouco importa a palavra), mas uma filosofia absoluta, que sabe tudo, absolutamente tudo de antemão, pois que ela é a “ciência dos princípios primeiros e últimos”, de acordo com uma formulação de Aristóteles[26] que diz bem claramente seu significado.

O absurdo de tal pretensão salta imediatamente aos olhos, se quisermos considerar duas coisas. Primeiro, que o “concreto”, que é isso em que os homens vivem e isso no qual eles reagem, se revoltam ou sofrem, agem ou se resignam, muda todo o tempo, e nunca se repete uma segunda vez. Isso é uma verdade elementar que não apenas os historiadores, que trabalham sobre as mudanças, mesmo quando eles o invocam para explicar algumas grandes estabilidades, mas que os homens simples conhecem bem. O mesmo sol se levanta todas as manhãs, os corpos caem sempre da mesma maneira, o sangue circula sempre (tirando os problemas patológicos) de acordo com o mesmo circuito, etc. Mas na vida social, incluindo nas grandes estabilidades dos grandes impérios da história imóvel, sempre há alguma coisa que sempre está em mudança. Em todo caso, se podemos discutir sobre a imobilidade de certos modos de produção, que se reproduzem tais quais, quase sem modificações, e as sociedades que deles resultam, está claro que, ao menos na sociedade que nós conhecemos, o modo de produção capitalista, tudo está sempre em vias de mudar.

Não somente tal invenção técnica muda as bases materiais de tal produção (por exemplo, os transportes, que passaram da máquina a vapor à energia elétrica e à energia química – os aviões à reação e as fusões), ou criam uma nova (o petróleo e seus inumeráveis derivados sucedendo o carvão e seus derivados, os componentes eletrônicos que criaram uma forma totalmente inédita de comunicação, e fornecem os meios, pelos computadores, de organizar no detalhe o processo de produção e de prever a circulação e a venda dos produtos em situações prodigiosamente complexas). Mas antes de tudo, as formas da reprodução da produção que são sempre “ampliadas” (o capitalismo acha sempre nas crises das quais retoma um novo ímpeto, veja a crise de 1929, inclusive pela guerra, forma típica de resolução das crises mais graves do imperialismo), e essas formas da reprodução ampliada não são absolutamente formas técnicas, caso no qual não compreenderíamos a necessidade de sua ampliação, mas em última instância, formas da luta de classe da burguesia imperialista nacional e mundial contra a classe operária nacional e os povos recentemente libertados da opressão política do mundo.

Não apenas, portanto, o concreto, é o que muda (ao menos na nossa sociedade), mas o que muda à toda velocidade e cada vez mais rápido. Que o nosso século seja o século da velocidade se deve às necessidades da luta de classe burguesa: fazer circular o mais

rápido possível o capital para extrair a maior mais-valia possível; reduzir o tempo de circulação das frações do capital ao mínimo para multiplicar o máximo a mais-valia; acelerar os ritmos no processo de trabalho para extrair o mais possível de mais-valia; e realizar o máximo de mais-valia a partir do capital investido nas máquinas, utilizando-as completamente antes que seja necessário trocá-las, quando a concorrência jogará nos mercados novas máquinas mais baratas ou de maior produtividade, etc. A velocidade do nosso século, que acabou virando um tema literário ou um tema de lamentação não se deve em última instância aos automóveis (velocidade limitada nas autoestradas), aviões ou foguetes, mas a essa aceleração do ciclo da reprodução ampliada do capital, que é o mesmo que o crescimento da exploração pela luta de classe capitalista – o que dá todo o sentido à luta operária contra os ritmos, contra a divisão e a organização do trabalho, e contra a velocidade do desgaste da força de trabalho, arrastado diretamente nesse processo que caminha sozinho.

Se, portanto, tudo muda, se o concreto é o que muda, está bem claro que a pretensão de uma teoria de deter nela própria de antemão toda a verdade disso que muda e continuará mudando é propriamente demencial e absurdo. E por sobre o mercado, se o concreto é isso que muda, não é o que nós “vemos” mudar simplesmente que é a razão da mudança. Essa observação é da maior importância para lutar contra uma falsa ideia da teoria marxista. Pois existem marxistas que dizem: está claro, a teoria marxista não pode pretender deter de antemão a verdade sobre seu objeto, pois seu objeto é, em essência, “histórico”, ela não pode conhecê-lo de antemão, ela não pode conhecê-lo a não ser submetendo-se, a si própria, ao caráter histórico do seu objeto, se atribuindo, a si mesma, como teoria, um caráter histórico que lhe permita não apenas não trair seu objeto pela pretensão de ser de antemão a verdade absoluta, mas de lhe compreender verdadeiramente prevenindo-se desse perigo. A teoria marxista compreendida dessa forma não pode prevenir-se desse perigo a não ser dando a si mesma as características preventivas do seu objeto: as características históricas. Essa é a interpretação da teoria marxista como historicista, e do marxismo como ”historicismo absoluto” ao qual ficou ligado o nome de Gramsci[27].

Notas:

[I] Já traduzimos três textos inéditos, todos do livro *Escritos sobre a História* (1963-1986), publicado apenas no ano passado, na França. São eles: “Advertência” do Livro sobre o Imperialismo, que está incluído nos *Escritos*; “Como Alguma Coisa de Substancial Pode Mudar no Partido?” e “A Contradição Principal”, capítulo do Livro sobre o Imperialismo.

[II] ALTHUSSER, Louis. *Que Faire?* Paris: Presses Universitaires de France (PUF), setembro de 2018, 144 pg.

[3] V. Lênin. “O Comunismo”. Em *Obras*, tradução francesa Paris/Moscou, Edições Sociais/Edições do Progresso, 1956s., t. XXXI, p. 168. Mao Tsé-tung cita essa fórmula

em “Da Contradição”, Obras Escolhidas, t. I, Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras, 1966, p. 361.

[4] L. Althusser, Resposta à John Lewis, Paris, Maspero, “Teoria”, 1973, p. 28 sg.

[5] “Nos diga sua vida”; “Nós queremos reunir sua opinião, solicitar sua participação em uma ampla consulta, revelar a verdade sobre sua vida cotidiana, a miséria, as lutas, a esperança”; “Ação, verdade, esperança: cem perguntas para 30.000 respostas para L’Humanité Dimanche. Conhecer-se”, L’Humanité Dimanche, 5-11 de janeiro de 1977, nº 49, capa e p. 27. “Durante quatro semanas [...], centenas de milhares de comunistas vão visitar seus vizinhos para lhes propor que descrevam sua vida [...] nesses “cadernos da miséria e da esperança hoje”. Trata-se, realizada pelos próprios franceses, de uma espécie de imensa sondagem [...]”. “Revelar a verdade e fazer recuar a injustiça, declarou Georges Marchais”, L’Humanité, 7 de janeiro de 1977, p. 4. Ver L. Althusser, Carta à H. Rytman, de 8 de fevereiro de 1977, Cartas à Hélène, 1947-1980, ed. O. Corpet, Paris, Grasset/Imec, 2011, p. 679-680.

[6] “L’Humanité ecoou cotidianamente os testemunhos reunidos nos cadernos da miséria e da esperança”. “Testemunho incomparável sobre a vida e a esperança de um povo”, L’Humanité, 14 de fevereiro de 1977, p. 1. Essa campanha “Miséria e esperança” continuou ao longo de todo o ano de 1977 e um pouco depois.

[7] Anotação à mão de Althusser, colocada na margem: “Não se trata de perguntar, mas de fazer refletir em voz alta: as pessoas descobrem coisas que elas ignoravam saber”. Ver p. 82.

[8] Trata-se provavelmente do documentário “Apontamentos sobre o trabalho de fábrica: uma vida na fábrica”, filmado pela equipe “Cronaca” da RAI 2 na fábrica Arese-Portello da Alfa Romeo e transmitido pela primeira vez em 28 de dezembro de 1977.

[9] “George Marchais: avançar na via do XXII Congresso”, L’Humanité, 28 de abril de 1978, p. 7.

[10] K. Marx, F. Engels [M. Hess, J. Weydemeyer], A Ideologia Alemã, trad. M. Rubel com L. Évrard e L. Janover, em K. Marx, Obras, ed. M. Rubel, t. III: Filosofia, Paris, Gallimard, “Biblioteca da Plêiade”, 1982, p. 1120-1123; “O Manifesto do Partido Comunista”, trad. M. Rubel e L. Évrard, Obras, t. I: Economia, 1, Paris, Gallimard, “Biblioteca da Plêiade”, 1963, p. 170 sq.

[11] K. Marx, F. Engels, Teorias da Mais-Valia, Obras, t. 26, 2ª parte, Berlim, Dietz, 1974, p. 246.

[12] “O Manifesto do Partido Comunista”, op. cit., p. 168. Ver L. Althusser, “Sustentação de Tese em Amiens” (1975), em Posições, 2ª ed., Paris, Edições sociais, “Essencial”, 1982, p. 181.

[13] Ver L. Althusser, Ser marxista em filosofia (1976), ed. G. M. Goshgarian, Paris, Puf, “Perspectivas críticas”, 2015, p. 89.

[14] L. Althusser, “Teoria marxista e partido comunista” (1966-1967, inédito), Imec, Fundo Althusser, Alt2.A07-01.10, p. 87; Sobre a reprodução (1960), ed. J. Bidet, Paris, Puf, “Marx Atual Confrontos”, 2ª ed., 2011, nota 9, p. 120, p. 295; Iniciação à filosofia para não filósofos (1977), ed. G. M. Goshgarian, Paris, Puf, “Perspectivas críticas”, 2014, p. 228, p. 384; “Filosofia e marxismo. Entrevistas com Fernanda Navarro (1984-1987)”, em Sobre a Filosofia, Paris, Gallimard/NRF, “O Infinito”, 1994, p. 70.

[15] Acréscimo manuscrito dificilmente legível. É possível que Althusser tenha querido escrever “é necessário compreendê-las na atividade dos corpos, portanto também nos corpos”.

[16] M. Foucault o demonstrou, mas com uma linguagem teórica diferente, que resulta ao que ele evitou até aqui, colocar o problema do Estado e, portanto, dos aparelhos ideológicos do Estado e, portanto, da ideologia [nota de Althusser].

[17] L. Althusser, Carta de 25 de outubro de 1967 à Roberto Fernández Retamar, Casa das Américas, janeiro-março 1993, nº 190, p. 60 sg.

[18] Formulação posta em circulação pelo PCF ao redor de 1974. O XXII Congresso (1976) do Partido definiu a união do povo da França como uma “grande reunião popular [...] de todas as vítimas das feudalidades financeiras, contra a casta estreita que domina e sufoca o país e para uma mudança democrática que lhes assentará um golpe severo ao realizar reformas democráticas”. “Georges Marchais: Avançar ...”, art. cit., p. 9. Ver L. Althusser, As Vacas negras: entrevista imaginária (a doença do XXII Congresso) (1976), ed. G. M. Goshgarian, Paris, Puf, “Perspectivas críticas”, 2016, p. 449.

[19] Aliança eleitoral do PCF, do Partido socialista e do Movimento dos Radicais de esquerda, que concluem, em 1972, um “Programa comum” de governo.

[20] Nos dois parágrafos seguintes, as palavras entre aspas são citações, às vezes aproximadas, de algumas palavras de ordem do PCF encontradas no relatório apresentado por Marchais ao Comitê central do Partido em 27 de abril de 1978. Georges Marchais: avançar... “, art. citado.

[21] Ibid., p. 10.

[22] Althusser colocou um sinal de nota de rodapé nesse local, sem fazer a nota.

[23] Em 19 de março de 1978, em seguida à ruptura da união de esquerda, ocorrida em 22 de setembro de 1977, a direita teve uma vitória inesperada no segundo turno das eleições legislativas, obtendo aproximadamente 51% dos votos.

[24] A teoria do capitalismo monopolista de Estado foi adotada pelo PCF após o seu XVIII Congresso em 1967. A partir de 1969, Althusser elaborou uma crítica em uma série de textos dos quais a maior parte permaneceu inédita. Ver L. Althusser, As Vacas negras..., op. cit., p. 391 sg.; XXII Congresso, Paris, Maspero, “Teoria”, 1977, p. 21 sg.; O que não pode mais durar no Partido comunista francês, Paris, Maspero, “Teoria”, 1978, p. 92 sg.

[25] Centro de difusão do livro e da imprensa, organismo encarregado da venda e da difusão dos produtos das editoras ligadas ao PCF.

[26] Citação aproximada de *Metafísica*, 981 b 28-29.

[27] “A filosofia da práxis é o ‘historicismo’ absoluto, a mundialização e a terresteidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história”, *Cadernos do Cárcere*, ed. R. Paris, t. III, trad. P. Fulchignoni, G. Granel e N. Negri, Paris, Gallimard/NRF, “Biblioteca de filosofia”, 1978, Caderno 11, § 27, p. 235. “O imanentismo hegeliano torna-se historicismo, mas não um historicismo absoluto senão com a filosofia da práxis, historicismo absoluto ou humanismo absoluto”, *Cadernos do Cárcere*, ed. R. Paris, t. IV, trad. F. Bouillot e G. Granel, Paris, Gallimard/NRF, “Biblioteca de filosofia”, 1990, Caderno 15, § 61, p. 176.

A LEGALIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA DE BERNARD EDELMAN

Cem Flores

Fruto de um trabalho coletivo de tradutores e colaboradores, a publicação do livro *A legalização da classe operária*[i] (Boitempo, 2016), do advogado francês Bernard Edelman, vem minimizar uma lacuna no mundo editorial brasileiro. Lacuna que diz da ausência quase absoluta de novas edições e traduções das obras do grupo de militantes que, como Edelman, compartilhava das teses do militante comunista Louis Althusser. A recente publicação da editora Unicamp, *Por Marx* (Coleção Marx 21, 2015), de Althusser, também se insere nesse horizonte, cuja consequência será certamente estimular o debate teórico e a prática comunista em nosso país.

A legalização da classe operária centra sua análise e crítica sobre o chamado direito coletivo do trabalho[ii] que, como forma ideológica, incide sobre a luta de classes. Nos é apresentado um vasto estudo empírico que envolve legislações e peças processuais francesas, do século XIX até o momento do lançamento do livro (1978), referentes, sobretudo, ao direito de greve e de organização e representação sindical e por local de trabalho naquele país. Edelman demonstra a armadilha criada pelas classes dominantes através da ideologia jurídica: ao longo do tempo e da “legalização” das chamadas “conquistas” operárias, o capital consegue cooptar, violentamente, a classe operária e prendê-la em sua “fortaleza”, a empresa.

“A burguesia ‘apropriou-se’ da classe operária; impôs seu terreno, seu ponto de vista, seu direito, sua organização de trabalho, sua gestão.” (p. 112).

Nessa questão o autor não poupa palavras. Ele fala que a burguesia, através de seus “representantes” inclusive e principalmente no meio operário, inventaram uma classe operária, legalizada e individualizada, e “mandou destruir, esfolar, mutilar e leiloar” (p. 147), “capturar, neutralizar, amordaçar” (p. 8) a classe operária enquanto classe politicamente autônoma.

Ilusão pensar que se trata aqui apenas de uma análise que se restringe à luta e realidade sindical. Edelman apresenta bases para se compreender teoricamente a atuação da ideologia jurídica na luta de classes em suas mais diversas esferas. Busca assim responder perguntas como: que efeitos geram a forma jurídica na luta de classes? De que maneira essa forma captura e aprisiona a classe dominada na hegemonia da classe dominante no capitalismo? Como esta busca enquadrar os terríveis fatos, quer seja, o ilegalismo que caracteriza a resistência proletária, na linguagem e na gramática da lei e da regulamentação estatal?

Subsunção política, ideológica e prática do proletariado ao capital, eis do que se trata o livro.

Edelman coloca em cheque exatamente as chamadas “conquistas” das lutas das classes dominadas que são registradas e legitimadas pelo Estado, sob a forma jurídica de leis e outras “garantias”, e assim, supostamente, fazem recuar as classes dominantes e seu

sistema de exploração e dominação. Ou seja, em cheque a ideologia reformista que vê o proletariado como sujeito de direito em construção cumulativa até sua emancipação (“crença obstinada de que a liberdade se transforma em direitos” [p. 149]).

Diz ele em prefácio para essa edição: “Queria demonstrar [...] que as ‘conquistas’ das classes operárias eram, na realidade ‘derrotas’ políticas. Claro que as condições de trabalho haviam melhorado; certamente, a classe operária vivia melhor, mas o preço a pagar havia sido o abandono de qualquer ambição revolucionária, de qualquer vontade de abater o capitalismo e de tomar para si os meios de produção.” (p. 8)

Uma estudiosa brasileira de Edelman diz o seguinte sobre o livro: “Suas conclusões levam a crer que as ‘conquistas’ dos trabalhadores no campo do direito refletem mais as necessidades dos detentores dos meios de produção e menos os interesses do proletariado. O autor analisa as duas principais consequências da luta dos trabalhadores dentro do direito como beneficiadoras do patrão, porquanto a melhoria das condições de trabalho conserva a boa saúde dos trabalhadores para que possam produzir mais e constantemente. Num grau mais elevado de nocividade, a classe proletária é desmobilizada das causas originais de sua exploração no momento em que reconhece no campo do direito um espaço exclusivo de engajamento enquanto ele faz parte dos aparelhos constituídos para o seu controle.”[iii]

Ou seja, o alvo de fundo da crítica de Edelman é a fantasia do mundo jurídico na luta da classe operária. Assim, A legalização da classe operária integra uma longa tradição do marxismo que é a crítica do “socialismo jurídico”, da ideologia jurídica. Marx, na sua Crítica ao programa de Gotha; Engels e Kautsky (ainda quando marxista, como diz Lenin) em seu O Socialismo Jurídico; Lenin, em seu O Estado e Revolução; Althusser em seu Sobre a Reprodução... só para ficar entre poucos exemplos. Vinculado a essa problemática, também importante fazer referência à crítica marxista do direito, sobretudo em seus embates sobre os moldes do “Estado” socialista e o papel do direito – ver a obra de Pachukanis, influente sobre o livro em questão.

Edelman, tanto nesse livro, quanto em seu O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito, demonstra que o direito é um mecanismo essencial à reprodução (concreta e ideológica) das relações de produção capitalistas e fruto específico destas. Ou, como ele mesmo diz, para “o bom funcionamento das coisas dentro da ordem dessas coisas”: “hegemonia [burguesa] pela repressão, econômica, política e ideológica” (p. 149). A ideologia jurídica do contrato é a que mascara a realidade da exploração, regulamenta a relação capital-trabalho; que despolitiza e naturaliza a relação de exploração-dominação cotidiana.

Mas o autor vai além. Ele busca construir uma teoria do poder jurídico do capital que, para ele, se exerce sob a dupla face de direito contrato de trabalho e título de propriedade exercido por “sujeitos” (p. 31). No capitalismo, os véus da moral e da religião já não conseguem sustentar tais relações, e a forma jurídica “pura” é que regulamenta os espaços de práticas ideológicas que cimentam o tal “bom funcionamento” (que pressupõe os “representantes legais”[iv] da classe operária!). E o que se encontra de fora desse círculo (os “fatos”) é preciso sugar, codificar, mesmo que

daí nasça embaraços quase insolúveis nos quais a burguesia se debruça há séculos para solucionar, utilizando-se de seus mais ilustres cérebros[v].

A atualidade e importância do livro são impressionantes, ainda mais em nossa conjuntura nacional. Em tempos de ressaca do recente suspiro “desenvolvimentista” e demais engodos da socialdemocracia local, o livro é uma bomba que desnorteará o ativista, militante ou teórico acostumado com os portos-seguros da cartilha progressista – a qual, inclusive, acostumou-se chamar de marxismo. Desorientar-se para quem se encontrava na prática errônea é um grande trunfo que vale a pena lançar mão.

O recente histórico de domesticação e institucionalização dos sindicatos e demais movimentos e organizações populares, e seus fracassos (para a classe operária) visíveis, é um terreno fértil para a crítica incisiva do livro. Além disso, tem muito a nos explicar, por exemplo, sobre a mutação de trabalhadores em “colaboradores”, da empresa em “família” e demais mecanismos ideológicos hoje presentes nos locais de trabalho.

Por fim também traz luminosas indicações de como a forma jurídica incide sobre as formas de criminalização das lutas da classe trabalhadora que se manifestam de fato.

“[...] Os grevistas não constituem nem uma pessoa física nem um agrupamento de direito. Eles não têm razão social, sede social, estatutos... Assemelham-se mais a uma ‘horda selvagem’, sem identidade e sem mestre. Por isso, do ponto de vista estritamente jurídico, sua ‘apreensão’ é impossível [...]. Os juristas trabalharão em três direções, e todas terão um denominador comum: a representação sindical. Eles vão, cada um com sua ideologia, cada um com seus argumentos, empenhar-se em reduzir as massas, enquadrá-las, fazer com que se curvem a uma ordem. Alguns de maneira feroz, outros com flores, mas todos com coroas fúnebres.” (p. 113).

Poderíamos trocar “grevistas” por “manifestantes”; “representação sindical” por “movimento”, ou “liderança”. E pensar, assim, sobre a imensa movimentação do Estado capitalista brasileiro em afinar suas técnicas e instrumentos legais para, principalmente desde os levantes de 2013, dissecar as massas, achar (se necessário, inventar) seus elementos “puníveis” ou “dialogáveis”... Tudo para saciar a sede de punição e/ou cooptação da ideologia dominante, dentro de seus próprios limites e características fundamentais, e avançar sobre as classes dominadas.

Apesar de tudo, o livro de Edelman foi e ainda é recebido com estranhamento por muitos marxistas, como o próprio autor fala no prefácio à edição brasileira. Sua proposta parece encaminhar para um derrotismo, um beco sem saída. E luta de classes “do outro lado”? Há possibilidade de luta por fora dos aparelhos de hegemonia e repressão burguesa? Como fazer com que as “conquistas” acumulem para “vitórias” de fato? Para entender esse limite do livro, que não consegue indicar saídas concretas e claras, é preciso entender o contexto, a motivação e a intenção do autor com a obra – para além da própria incompletude da mesma.[vi]

A legalização da classe operária surge num contexto global de derrotas revolucionárias: na França, na China, na União Soviética, que depois de 1978 só se agravariam. Isso por um lado. De outro, segundo o autor: “Eu estava desencantado; para mim a revolução

havia fracassado, e eu já não acreditava no advento do comunismo – essa utopia impossível de realizar. O capitalismo havia ganhado a partida. Então eu havia me dito: em vez de me deprimir e de remoer minhas decepções, melhor explicar como havia chegado a esse ponto [...]. E foi assim que me veio a ideia deste livro.” (p. 8). Edelman compreende essa obra como um adeus, o início do fim: seu adeus à causa revolucionária, seu fim enquanto revolucionário. E acaba assim seu prefácio à edição em questão: “Ninguém mais crê no comunismo, ninguém mais crê na luta de classes” (p. 10). Melancólico fim de um autor agora legalizado, que é, acima de tudo, um crente: pois vê na crença o motor e motivo da existência das coisas!

Esse dois aspectos explicam em parte os limites do texto. Limites esses que devem ser transpostos na realidade da luta de classes em nosso contexto concreto. Lembrando, é claro, do fundamental: que para a classe operária “não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova”[vii].

Abaixo, reproduzimos a introdução do livro, “A questão do ‘Direito Operário” em quase sua integralidade.

Empiricamente, o que sabemos sobre a temível e pouco conhecida questão da “legalização” da classe operária? Muitas coisas e nada. Muitas coisas, porque basta abrir os tratados de direito do trabalho ou de história do movimento operário para ver desdobrar-se majestosamente uma longa série de “conquistas”.

[...]

Essa enumeração – não exaustiva, é claro – é impressionante, e ninguém ousaria dizer que não significa nada essa conquista progressiva de uma “grande carta”, como disse Marx. E, no entanto, embora saibamos que algumas dessas leis são resultados de uma violenta luta de classes, não sabemos nada dos efeitos desses resultados.

É claro. A lei sobre as férias remuneradas é a lei sobre as férias remuneradas, a seção sindical da empresa é a seção sindical da empresa, como um gato é um gato, e suponho que alguém me olharia com perplexidade porque falo de “efeitos”. De que “efeitos” se poderia tratar?

É por isso que eu gostaria de recordar duas coisas, uma bem conhecida e outra um pouco menos.

Muitas dessas vitórias foram necessárias para manter em “boa saúde” a classe operária, e Marx, em seu tempo, demonstrou que o Estado inglês foi muitas vezes obrigado a intervir contra os excessos de seus capitalistas. Um autor ingenuamente entrega o ouro: “O legislador começou, com razão, a interessar-se pela saúde e pela vida do operário: as leis sobre o trabalho das crianças e das mulheres nas manufaturas (1874-1892), sobre a higiene e a segurança dos trabalhadores (1893) etc., refletem essa preocupação” (Adrien

Sachet, *Traité théorique et pratique de la législation sur les accidents du travail et les maladies professionnelles*, 1934, p.3).

Isso é bem conhecido. Mas o que é menos conhecido é que a classe operária pode ser “desencaminhada”, precisamente por suas próprias “vitórias”, que podem apresentar-se também como um processo de integração ao capital. A “participação” nunca esteve ausente da estratégia da burguesia, e há veneno em seus “presentes”.

A luta de classes não é simples, como bem se presume; e ela é menos simples na medida em que tudo concorre para embaralhar as coisas; e, quando digo “tudo”, refiro-me, é claro, à ideologia “dominante”; e, quando digo ideologia “dominante”, com certeza não me refiro a uma “falsa consciência”, a uma visão “invertida” que deveríamos colocar em pé, mas mais precisamos a um complexo de aparelhos (sindicatos, partidos, escola...), isso a que Althusser, chamava, não faz muito tempo, de “aparelhos ideológicos de Estado”.

Portanto, quando digo que “tudo” está ali para desviar a luta de classes, quero dizer, por exemplo, que as lutas operárias estão, elas mesmas, enclausuradas nesses aparelhos, elas se desenvolvem nessas estruturas e essas estruturas provocam efeitos sobre o combate da classe operária.

É por isso que, se nos limitarmos a compreender o movimento operário por suas “conquistas” legais, não há dúvida de que faremos, então, a “história jurídica” e, desse modo, reproduziremos o ponto de vista da burguesia.

O que é, então, de fato uma “história jurídica” do movimento operário? Bem, é uma “história” que se apresenta como o ajuste permanente da relação capital/trabalho na própria estrutura da lei, ou melhor, que considera a relação capital/trabalho uma relação jurídica, uma relação entre “sujeitos”. E nós não conhecemos muito bem os efeitos que tal relação pode engendrar.

Por exemplo, se por um lado podemos nos orgulhar do “poder” jurídico que a classe operária conquistou, por outro lado podemos perguntar de que natureza é esse poder, visto que é jurídico. Dito de outro modo, se a lei (burguesa) dá “poder” à classe operária, de que poder exatamente se trata?

Concordamos prontamente que só pode tratar-se do “poder burguês”, outorgado por um “direito burguês”; porque concordamos facilmente que o direito burguês não pode dar nada além do “poder burguês”, isto é, uma forma específica de organização e de representação, estruturada pelo direito, precisamente, e que o reproduz.

Devemos nos livrar de uma vez por todas da ilusão tenaz de um “direito operário” que manteria distância do direito burguês, que seria um tubo de ensaio em que se elaboraria um “novo direito”. Tradicionalmente, os especialistas têm empregado seus esforços nesse sentido. É necessário, dizem esses especialistas, autonomizar o direito do trabalho, dar-lhe seus títulos, reconhecer sua especificidade. Ele é, continuam eles, um direito coletivo, direito de massa, para as massas, que já não tem nada – ou tem cada vez menos – a ver com o direito “comum”, leia-se, o direito civil. Desse esforço nasceu o “socialismo dos juristas”, que se perpetua até hoje sob as espécies sutis e técnicas das

relações entre direito: direito do trabalho/direito civil, direito do trabalho/direito comercial, direito do trabalho/direito público...

Como se o trabalho estivesse “do lado” do capital e do Estado! Como se o “direito operário” não fosse o direito burguês para o operário! E como se, enfim, milagrosamente, o direito do trabalho fosse uma zona juridicamente “protegida”!

Não existe o “direito do trabalho”; existe um direito burguês que se ajusta ao trabalho, ponto-final.

E se fosse necessário ir até o fim dessa ilusão, fustigada por Engels, lá estaria a fonte desta outra ilusão que conhecemos pelo nome de “direito socialista”. Porque o “direito socialista” se apresenta, afinal de contas, como o desenvolvimento do “nosso” direito do trabalho, como sua extrapolação final. Ilusão que produz os danos que já conhecemos.

Não gostaria que me acusassem de “achatar” tudo, nem que me opusessem este fato “evidente”: o direito do trabalho é o direito das “massas”, o direito civil, o direito dos “sujeitos”, o direito comercial, o direito das sociedades, o direito público, o direito do Estado... Tudo isso é justo, mas ao rés do chão. Porque, se é “verdadeiro” que nas relações de trabalho o direito é diretamente confrontado com os trabalhadores, também é verdadeiro que esse confronto se faz em nome dos “grandes princípios” do nosso direito... todos os direitos combinados. E, por “grandes princípios”, quero dizer o Homem, a liberdade, a igualdade, a propriedade privada.

Não devemos nos iludir, e ver as coisas um pouco de cima; o pior erro que podemos cometer é nos cegar para a coerência orgânica do direito. Não há dúvida de que, um dia, teremos de fazer a teoria da divisão do direito em ramos relativamente autônomos, eu seria o último a contestar esse fato; mas deverá tratar-se, então, de uma teoria das diferenças, isto é, de uma teoria da unidade que se dá nas diferenças, enfim, de uma teoria que nos permita compreender como a divisão do trabalho jurídico reproduz, a sua maneira, a divisão do trabalho.

Exemplo. A empresa, como todos sabem, pode ser considerada do ponto de vista do direito do trabalho, do direito da seguridade social, do direito comercial, do direito das obrigações, do direito penal, do direito tributário e até, em certas condições, do direito público... Ora, que efeitos produzem esses diferentes pontos de vista? Um recorte jurídico-econômico da unidade da empresa, que isola, em seu domínio, cada uma de suas atividades. Que surpreendente, então, que não possamos mais captar, na empresa e do ponto de vista jurídico, como esses diferentes direitos reproduzem as diferentes etapas da circulação do capital! Que surpreendente, ainda, que os especialistas do direito do trabalho, que, no entanto, devem lidar primordialmente com as formas jurídicas de extorsão do mais-valor, sejam completamente incapazes de pôr em seu devido lugar essas diferentes relações – da extorsão do mais-valor à venda da mercadoria – e, sobretudo, sejam completamente incapazes de descobrir no direito do trabalho o “segredo” do capital, em sua expressão jurídica!

Esse é também um dos efeitos da luta de classes no direito.

E, já que falei de luta de classes no direito, gostaria de me explicar um pouco mais. Porque talvez não haja questão mais obscura e confusa que a questão do Estado. Embora, se refletirmos bem, a dificuldade dessa última questão resulte também da interferência jurídica. Outro efeito da luta de classes.

O que entendemos, então, por luta de classes no direito? À primeira vista, é algo muito simples. Se dizemos, em geral, que o direito é a organização das relações sociais e que ele registra a própria evolução dessas relações, então toda mudança nessas relações deve ser formalizada no direito. A luta de classes pode assumir a forma jurídica.

Essa simplicidade contém certa verdade: não há dúvida de que a classe operária conquistou “direitos”; não há dúvida de que esses direitos a “protegem”, e nisso se tem um ponto sem volta.

No entanto, consideremos um pouco mais de perto essa “simplicidade”. Ela não é assim tão simples. Por exemplo, supõe que o direito é uma forma de organização necessária e insuperável, que não podemos pensar “fora do direito”; supõe ainda que o direito tal como é, isto é, tal como o conhecemos, é suscetível de variar infinitamente, numa mesma coerência; supõe, em último caso, a possibilidade de uma revolução no direito.

Posso aceitar isso, mas nesse caso seria necessário dizer claramente que as massas têm apenas uma existência jurídico-política, são representadas somente nas estruturas do direito e seu único “poder” é um “poder de direito”, exercido nos “limites das leis”.

Posso ainda aceitar isso, mas desde que se diga que a legalização da classe operária não é o principal efeito da política conduzida, há mais de um século, pela classe no poder; que o enquadramento das massas pela violência (pelo aparelho repressivo do Estado) e pela ideologia (aparelhos ideológicos de Estado) é uma “ilusão”, como seria “ilusão” a torção que experimentam as organizações de massas ao ser estruturadas e reguladas pelo direito, ao mesmo tempo que defendem os interesses do proletariado. E como dar conta dessa torção se não a vemos, seja pela negação ou pela mais pura das fantasias? E como não a ver, quando basta ler os textos para ver; tomam-se tratados, repositórios de jurisprudência, e desdobram-se todas as grandes categorias do direito burguês, a forma sujeito de direito, que não é nada mais do que o trabalhador que pertence a si mesmo, a forma monetária (o salário), a forma contratual (o contrato de trabalho) e todas as formas das “relações coletivas” (o estatuto jurídico das massas), violentas (a greve) ou aparentemente não violentas (convenções coletivas).

Em suma, no “direito do trabalho”, está todo o ministério do direito burguês que se transforma em seu lugar verdadeiro; a tal ponto que este “direito” pareceu por muito tempo “vil e vergonhoso”, pareceu de uma raça jurídica inferior, uma imitação de direito como o operário era uma imitação do homem.

Então, abandonemos todas essas velhas histórias obsoletas de relações “técnicas” entre diferentes direitos. Histórias de outro mundo, assombradas por pesadelos em que as massas são os “suportes” do direito, e que advenha a crítica revolucionária.

Também a questão acerca da natureza do poder jurídico outorgado à classe operária não pode ser resolvida por essas infantilidades “técnicas”. E creio que concordarão comigo

que essa questão é de relevo; que está, em certo sentido, no coração da luta de classes sob sua forma “moderna”; e mais: que designa a iminência e a necessidade da crise do marxismo.

E que não venham me dizer que não devemos confundir as vitórias legais com o projeto dos partidos políticos; que, de um lado, a classe operária pode marchar adiante na legalidade, mas, de outro, está pronta para o socialismo. Pois é necessário esclarecermos este ponto: como podemos agir politicamente com uma classe operária “legalizada”, como a formação para a legalidade pode ser também uma formação para o socialismo e como, enfim, podemos efetuar, no interior mesmo da classe operária, a separação entre o poder legal e o poder político?

Não duvidemos: a astúcia do capital é dar à classe operária uma língua que não é a sua, a língua da legalidade burguesa, e é por isso que ela se exprime gaguejando, com lapsos e hiatos que às vezes rasgam o véu místico (Maio de 1968 na França). Proponho-me estudar essa língua, sua sintaxe, seu vocabulário. Não em geral, em fórmulas abstratas e mecanismos retóricos, mas naquilo em que ela violenta a classe operária. Em outras palavras, estudarei os chamados “conflitos coletivos de trabalho”. Eufemismo para não nomear as ações violentas às quais a classe operária é obrigada a recorrer.

De que se trata esses “conflitos”? Bem, simplesmente de seu “enquadramento”, de sua “legalização”; e, confessemos, a tarefa não é fácil, pois é característico das lutas operárias precisamente escapar a toda legalização, a toda circunscrição. Em suma, o direito não pode, estruturalmente, apreendê-las como são.

Assistiremos, então a uma incrível sofistica, da qual dou ao leitor o esquema: para o direito, as lutas operárias são “fato” que cumpre transformar, a todo custo, em “direito”. A contradição se exprime então, em direito, na relação do fato e do direito.

Será necessário adotar essa terminologia um pouco delirante, porque é ela que comando todo o meu propósito.

Consideremos a greve, que será meu primeiro objeto de estudo. Como o direito fez a greve chegar à posição de direito; como a tirou do inferno do “fato” para constituí-la como categoria jurídica, como “direito de greve”, justamente; e que preço se paga por essa existência jurídica? Pois, veremos, a greve tornou-se um “direito” sob a única condição de submeter-se ao poder jurídico do capital, tanto na “sociedade civil” como no Estado. Tornou-se um direito sob a condição de ser medida pela régua do direito das obrigações (contrato de trabalho) e do direito de propriedade (propriedade dos meios de produção). É a esse preço que ela passa a integrar o “horizonte limitado do direito burguês”.

Mas, ao regular a greve, a burguesia não deixa por menos: resta-lhe cercar as organizações de massa, os sindicatos, e aí assistimos a uma estratégia muito fina. Confrontada com o “fato” sindical, a burguesia utiliza de todas as armas para transformá-lo em aparelho ideológico de Estado. Como? Outorgando-lhe um “poder” que reproduza seu próprio poder; um poder de direitos, é claro, mas somente na medida em que os sindicatos existam na legalidade; mas um poder de fato, sobretudo, na

medida em que esses mesmos sindicatos deverão presumivelmente representar as massas.

Assim, o sindicalismo é atravessado de parte a parte pela legalidade, obscura e, com frequência, irrefletidamente. Tentarei esclarecer esse ponto cego – o poder de fato dos sindicatos – pois dele depende a compreensão das formas modernas de luta de classes.

Notas

[i] No original *La légalisation de la classe ouvrière*. Tome 1: *L'Entrepriese* [A empresa], 1978. Os tradutores da edição brasileira resolveram não utilizar o subtítulo tendo em vista a não publicação dos outros tomos enunciados vagamente pelo autor, sobretudo na conclusão: “Assim, mais tarde, veremos o Estado, outra fortaleza, controlando seu território específico, os aparelhos de Estado, e guardando ciosamente suas fronteiras. Veremos ainda, na próxima parte desta obra, os aparelhos políticos produzirem suas próprias blindagens, das quais posso dizer ao leitor que se chamam povo, nação ou classe operária, massa ou... quem sabe o que mais?” (p. 148).

[ii] Ver: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/23/a-atualidade-da-legalizacao-da-classe-operaria/>

[iii] Alessandra Devulsky da Silva. *Edelman: Althusserianismo, Direito e Política*. 2008. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp061489.pdf>

[iv] “Investidos do poder legal de representar a classe trabalhadora, os sindicatos são excedidos por sua própria legalidade. Por quê? [...] Sua existência é “extralegal”, “inapreensível”. Ela não pertence a ninguém. [...]” (p. 112). Essa postura contraditória dos sindicatos mostra porque a burguesia também estimula e boicota essas organizações: estimula visando o enquadramento, boicota quando essas organizações alimentam a atuação independente de classe.

[v] Marx, em seu 18 Brumário, de forma jocosa e muito engenhosa, aponta essa realidade do direito burguês: “O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação de reunião, de educação, de religião etc., receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Com efeito, cada uma dessas liberdades é proclamada como direito absoluto do cidadão francês, mas sempre acompanhada da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos “direitos iguais dos outros e pela segurança pública” ou por “leis” destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Por exemplo: “Os cidadãos gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar suas opiniões, quer pela imprensa ou por qualquer outro modo. O gozo desses direitos não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública. (Capítulo II, § 8, da Constituição Francesa.) “O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado.” (Ibidem, § 9.) “O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, exceto nas condições prescritas na lei.” (Capítulo II, §

3.) Etc. etc. A Constituição, por conseguinte, refere-se constantemente a futuras leis orgânicas que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas de maneira que não colidam nem entre si nem com a segurança pública. E mais tarde essas leis orgânicas foram promulgadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal maneira que a burguesia no gozo delas, se encontra livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes. Onde são vedadas inteiramente essas liberdades “aos outros” ou permitido o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito sempre apenas no interesse da “segurança pública”, isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Como resultado, ambos os lados invocam devidamente, e com pleno direito, a Constituição: os amigos da ordem, que ab-rogam todas essas liberdades, e os democratas, que as reivindicam. Pois cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, isto é, liberdade na frase geral, ab-rogação da liberdade na nota à margem. Assim, desde que o nome da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva – de acordo com a lei, naturalmente – a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência na vida real.”

[vi] Aliás, a única saída que Edelman aponta é negativa: por fim às ilusões. Por si só já vale a pena gasta.

[vii] Marx e Engels, Mensagem ao Comitê Central à Liga dos Comunistas, 1850.

NOSSO TRABALHO NOS SINDICATOS

Ernesto Martins

1. Qualquer tática que definirmos no terreno sindical tem de levar em conta o caráter e o papel dos sindicatos brasileiros, em princípio e na atual conjuntura. Antes de tudo, temos de deixar claro e acima de qualquer dúvida, que os nossos sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário para que a classe dominante pudesse controlar e dominar o proletariado. Foram criados e estruturados não como instrumento de luta de classe e sim para evitar essa luta; não para defender os mais elementares interesses econômicos da classe operária e sim como parte do aparelho estatal que serve para dominá-la e oprimi-la.

Criados pelo Estado Novo conforme padrões fascistas italianos e outros, os sindicatos permanecem até hoje com estas mesmas características. A ditadura militar não precisou remodelar sua legislação; herdou a que já estava em vigor, praticamente inalterada pela experiência "democrática" e populista de depois da guerra.

Os sindicatos desempenham esse papel não só em virtude das coações que pesam sobre eles, em forma de estatutos padrões, comissão de enquadramento, tutela financeira, etc., mas, igualmente, em virtude de todo um sistema legislativo da Justiça do Trabalho, dissídios, etc., que visam a neutralizar todos os conflitos entre capital e trabalho, à base de "acordos" e soluções jurídicas. Foi o conjunto desse sistema que, durante mais de uma geração, ajudou a atrasar a formação de uma consciência de classe no proletariado. Mais ainda, impediu que se criasse a forma mais simples de consciência de classe, a consciência sindical do proletariado brasileiro.

2. Não podemos, portanto, falar de sindicatos operários no Brasil em termos convencionais. Não podemos comparar os nossos sindicatos aos dos operários franceses, chilenos ou mesmo americanos, nem encarar nossa atividade neste setor do mesmo modo como o fazem os revolucionários na França, no Chile ou nos Estados Unidos, que enfrentam o problema sindical. Naqueles países, os sindicatos mais reformistas ainda são sindicatos livres. São reformistas porque refletem a situação do proletariado e da sua liderança política, mas são órgãos de classe. Não são órgãos do Estado, nem estão sob seu controle. E esse caráter livre dos sindicatos naqueles países permitirá que eles se transformem em órgãos revolucionários, na medida em que todo o proletariado rompa com a atual política e liderança reformistas. Não podemos, portanto, aplicar na nossa atividade os conceitos comuns que se encontram na literatura marxista sobre trabalho em sindicatos operários livres, inexistentes no país. Temos de escolher uma tática que ajude a destruir a máquina sindical oficial e estatal.

3. Nossa atitude mais clara seria o simples boicote ao sindicalismo oficial e o apelo à formação de sindicatos operários clandestinos. Foi essa a conduta dos bolcheviques em relação aos famosos sindicatos de Zoubatov, formados pelas autoridades de Petersburgo para conservar os operários russos fiéis ao Tzar. Foi essa também a posição dos operários italianos e alemães em relação aos sindicatos fascistas e nazistas. E continua

sendo essa a atitude dos revolucionários espanhóis em relação aos sindicatos "verticais". A atitude de boicote, nessas circunstâncias é a mais clara e inequívoca para denunciar o caráter contra-revolucionário do sindicato, embora nem sempre possa evitar que o operário se sindicalize, já que a repressão os obriga freqüentemente a isso. Importante, todavia, é a forma em que o operário entra nesses sindicatos: com ilusões, ou com consciência de classe.

Se não recomendamos essa tática nas nossas condições, no presente momento é, antes de tudo, por paradoxal que possa parecer, devido à falta de uma consciência sindical de nossa classe operária. Nos casos precedentes, que citamos, a reação tsarista, fascista ou nazista estava reprimindo e perseguindo violentamente sindicatos operários livres, para substituí-los por oficiais e enquadrados no Estado. Estava pondo as lideranças operárias nas cadeias e impondo funcionários estranhos à classe. Os operários defendiam suas lideranças e seus sindicatos, com os quais eles se identificavam e consideravam como inimigas as novas instituições com seus funcionários.

Esse fenômeno não se daria em nossas condições. Devido ao oportunismo das lideranças das esquerdas, nosso proletariado, há uma geração, não sabe realmente o que são sindicatos operários, o que são sindicatos livres. Por bem ou por mal identifica sindicalismo com a estrutura existente (o descontentamento das grandes massas se limita ao governo ou ministro do Trabalho) e por esse critério se interessa ou se desinteressa dos sindicatos, sendo que o desinteresse prevalece na maioria. Por essa razão também, um boicote dos sindicatos, no presente momento, não levaria à fundação de sindicatos clandestinos, mas deixaria um vácuo.

Sobre uma coisa, entretanto, temos de ter clareza. Podemos aceitar a alternativa de não boicotar sindicatos oficiais do Estado burguês, porque, ao contrário dos casos acima citados, a reação verde-amarela não conseguiu desenvolver um dinamismo ideológico próprio ao fascismo europeu, o qual dominava a vida sindical. O Ministério do Trabalho proíbe a política nos sindicatos. Ele se limita a proibir porque não tem nada a oferecer nesse terreno.

4. Já que decidimos não boicotar os sindicatos oficiais, temos de definir claramente em que consiste nossa atividade no seio deles. Ao que visa nossa atividade sindical? Quais os meios para atingir os fins?

Fica subentendido que os atuais sindicatos não são instrumentos de luta de classe. Que se tratam de instrumentos da classe dominante no seio do proletariado. Que nossa obrigação é quebrar a presente estrutura sindical.

A primeira tarefa nossa, como revolucionários é, portanto, levar essa luta e esse objetivo para dentro dos sindicatos. Isso significa não só que nós não podemos ter nenhuma ilusão sobre o caráter do sindicato e, portanto, não podemos, em nenhuma circunstância, nos conformar com a presente estrutura sindical, como também que temos de deixar bem clara essa nossa atitude diante da classe operária, a fim de não alimentar ilusões em seu seio e não contribuir para que ela se conforme com a situação, mesmo em caso de vitórias parciais.

Assim, temos que chegar até o limite extremo compatível com a situação, não só para desmascarar as lideranças sindicais, como a própria estrutura, e travar a luta sindical contra o Ministério do Trabalho. Isso exige que toda atividade sindical seja acompanhada por um trabalho educativo, que em toda reivindicação econômica sejam levantadas as implicações e conseqüências políticas. E significa, antes de tudo, que não devemos nos limitar na luta às formas organizatórias que o sindicato hoje oferece. As assembleias sindicais, que podem chegar a ter uma importância excepcional em diversos momentos da luta, não bastam absolutamente para organizar e mobilizar a classe. Temos de criar as organizações de base, como Comitês de Empresas, que ultrapassem a estrutura sindical. Mas, onde houver possibilidades, em certos ramos industriais mais combativos, de criar bases sindicais nas fábricas e Conselhos de Representantes de Fábricas junto às diretorias sindicais (igualmente proibido pelo Estatuto Padrão) nós não devemos menosprezar essas formas de organização.

E aí chegamos ao segundo ponto essencial, que deve orientar nossa atividade neste terreno. Devemos encarar os sindicatos como instrumento para chegar às fábricas. O trabalho sindical não pode ser nunca um fim em si. Só pode ser encarado como meio para atingir um fim, e este é a classe operária reunida nos centros de produção.

Não estamos, entretanto, querendo dizer que encontramos massa nos sindicatos. Ao contrário, o que os caracteriza é o seu alheamento das bases e das fábricas. Devido à tradicional estrutura oficial sindical, mesmo nos áureos tempos da legalidade, a porcentagem dos trabalhadores sindicalizados não ultrapassou 20% do total do proletariado e nem mesmo essa porcentagem tinha vida sindical. Assembleias que reuniam 1 a 2% dos operários já eram tidas como sucesso. Depois do golpe, o desinteresse e a descrença só podiam aumentar. O que nos interessa nos sindicatos são as possibilidades legais que oferecem para chegarmos às fábricas e para servir como pólos de concentração da classe no auge de campanhas ou de crises. Mas, para isso, teremos de cavar o caminho do sindicato para a empresa. A massa, encontramos na fábrica e não nas sedes sindicais.

5. O fato de precisarmos usar os sindicatos para esse fim não nos deve fazer esquecer as limitações que a sua estrutura nos oferece, nem nossa hostilidade fundamental em relação ao sindicalismo oficial em si. Não podemos, de maneira nenhuma, partir de uma tática de aceitar responsabilidades em direções sindicais em qualquer circunstância e em qualquer lugar. Só o devemos fazer quando houver premissas para um trabalho mais conseqüente, isto é, uma atividade que ultrapasse a atual rotina burocrática, que é um sustentáculo do presente "status quo".

A atividade sindical, assim como a que exercemos no seio do proletariado, deve visar aos mesmos objetivos - a) organizar a classe operária pelas bases e, b) criar lideranças operárias em todos os níveis. De nada adianta mandarmos operários conscientes para diretorias sindicais reacionárias, onde serão minoritários, incapazes de modificar a qualidade de atuação do órgão dirigente e por cima, ainda co-responsáveis pela política peleguista. Em tais casos, em vez de se tornarem líderes da classe, nossos quadros se desgastarão. A decisão de participar de chapas e diretorias tem de ser fruto maduro de

uma tática que visa aos nossos objetivos gerais de luta. Não pode ser resultado de atitude pragmática ("é preciso estar junto à massa") ou motivada por vantagens materiais ("no sindicato tem um mimeógrafo e papel"), atitude que seria uma continuação do oportunismo tradicional das esquerdas em relação aos sindicatos e à luta em geral.

Finalmente, não poderemos realizar nenhuma atividade conseqüente na cúpula dos sindicatos, se não criarmos bases, ideológicas e organizatórias, que nos sustentem, entre as massas operárias. Se um quadro nosso aceitar um lugar numa diretoria sem organizar a massa em seguida nos lugares de trabalho, sem mobilizar essa massa contra o Ministério do Trabalho, o governo e o sistema em geral, ele se deixou enquadrar dentro da presente estrutura sindical e do regime vigente.

6. Aproveitar a atual estrutura sindical para uma atividade revolucionária não significa apoiá-la. Isso deve ficar bem claro para uma organização revolucionária. Diretorias sindicais sindicalizam e, freqüentemente, fazem campanhas nesse sentido. Como Partido, não podemos apoiar campanhas de sindicalização para não deixar dúvidas e confundir a massa a respeito de nossa posição diante do sindicalismo oficial e estatal. Não podemos, mesmo nos casos de sindicatos com direções boas e combativas; nem mesmo quando as direções sindicais são nossas. Em tais casos, o problema deve ser deixado nas mãos das referidas diretorias, que saberão resolvê-lo. O objetivo vai ser então o de usar o sindicato para organizar as bases. A nossa atitude, como organização política, frente ao sindicalismo oficial, não pode ser determinado por fatores meramente conjunturais.

7. Entre as medidas que se impõem, há a formação de pactos, públicos ou não, de sindicatos, ou oposições sindicais. Os pactos tomam as formas mais diversas, mas se justificam sempre quando colocam em cheque a política salarial ou econômica do governo. Isso oferece um ponto de partida para campanhas de massas mais conseqüentes. Um exemplo recente foi o MIA que, todavia, revelou toda a fraqueza de uma luta sindical limitada quase totalmente a uma atuação de cúpula, sem nenhum trabalho de base. Mesmo nos lugares onde tomamos a vanguarda dessa luta, a prática mostrou que também não soubemos tirar todas as conseqüências da situação. Ainda estamos discutindo a nossa participação nessa campanha, mas a experiência tem de ser aproveitada para que o Partido se prepare para situações mais radicais.

Outro passo seriam as Oposições Sindicais, que prometem uma atuação sindical mais conseqüente ainda. Tratam-se, geralmente, de grupos minoritários em diversos sindicatos, que tomam contatos para uma atuação comum, inicialmente em escala local. Todavia, não quer dizer que somente minorias ou chapas derrotadas possam participar dessa coligação, pois o sentido não é a oposição de determinadas diretorias e sim a criação de uma oposição organizada contra a presente estrutura sindical. Posição tão conseqüente, geralmente, surge primeiro entre minorias. Mas estas, trabalhando bem, e isso depende em parte de nós, poderão tomar conta de sindicatos e continuar a oposição organizada contra o sistema.

8. A presente tática, aqui proposta, requer de nós a capacidade de julgar realisticamente toda situação que se apresente. Exige que se julgue essa situação, sem perder de vista os objetivos de nossa atitude revolucionária em conjunto, que tem de prevalecer em todas as fases da luta. Não há dúvida que, nas atuais condições, a militância sindical apresenta o perigo de desgaste e desvios, dentro do quadro da ordem existente. Saberemos superar esses perigos se não tomarmos essa "faixa legal", que o sindicalismo apresenta, como um fim em si. Às vezes é preferível provocar intervenções a aceitar uma política sindical dentro dos moldes oficiais prescritos. Mas, tais provas de força têm de ser preparadas pela organização das bases, pela educação das massas e pela formação de legítimas lideranças operárias.

Neste caso, poderemos passar também para o boicote de determinados sindicatos, visto que a conduta das massas permitirá a formação de entidades clandestinas e toda luta sindical será levada ao nível do sindicalismo operário e livre.

9. A luta por sindicatos operários livres deve estar presente em todas as fases da atividade sindical. Não porque achamos possível conquistar esse direito neste momento, mas porque faz parte da educação da classe. O desmascaramento da presente estrutura sindical é uma condição para que se forme a classe operária independente. Isso exige que não nos limitemos à palavra de ordem do "sindicalismo livre" e sim que denunciemos a todo o momento e instante os fatores concretos do "arrocho sindical" — Ministério do Trabalho, Estatuto Padrão, Comissão de Enquadramento, reconhecimento das diretorias pelo Ministério, controle financeiro, etc., para que todo operário reconheça o inimigo e saiba como age. Isso faz parte da formação da consciência de classe do proletariado. Nunca devemos esquecer que a grande maioria do proletariado não sabe como funciona um sindicato operário, nem a diferença existente entre este e um sindicato oficial.

10. Finalmente, não devemos esquecer que a luta no sindicato é apenas um dos terrenos de nossa atuação no meio do proletariado brasileiro. Os sindicatos não abrangem a classe, e no presente momento não podemos nos limitar aos sindicatos sem abandonar a imensa maioria do proletariado, que tem de ser levada à luta. Assim, também, não é aconselhável que o trabalho no meio operário, as Coordenações operárias e órgãos locais orientadores fiquem exclusivamente entregues a quadros sindicais. Estes grupos são inclinados a se fixarem unicamente num dos aspectos da luta operária. Para ter uma visão mais completa, temos de poder contar com mais quadros nas fábricas, aos quais tem de ser dada a necessária formação para influir diretamente nas atitudes e na conduta geral da nossa luta, ao lado dos demais militantes. É a experiência em todos esses setores que contribuirá para tornar mais concreta a tática diária do Partido.

NOTAS SOBRE O MOMENTO HISTÓRICO ATUAL – II TENDÊNCIAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Centro de Estudos Victor Meyer

1. A retomada do crescimento da economia capitalista no país, mais acelerada desde 2007, propiciou, ao lado do aumento de postos de trabalho, uma redução do mercado informal de trabalho e, portanto, do exército industrial de reserva. Na medida em que esse processo de retomada se deu com uso da capacidade instalada e não mediante novos investimentos, e das formas de organização vigentes nas grandes empresas desde metade da década de 1990, a elevação da taxa de emprego aumentou o poder de barganha dos trabalhadores nas campanhas salariais e possibilitou aumentos reais de salários. Na categoria da construção civil, porém, os aumentos e alguns benefícios sociais foram o resultado de mobilizações de base, obtidos mediante rebeliões em grandes canteiros de obras que se alastraram pelo país.

2. Tomando por base as regiões metropolitanas a filiação ao movimento sindical representa, no período 1992-2009, um percentual que oscila entre 16 e 18% dos empregados. A radiografia do sindicalismo brasileiro entre 2010 e 2011 mostra a importância da maior central sindical, a CUT quanto ao número de sindicatos e de sindicalizados na base. A Central Única dos Trabalhadores é a força hegemônica, seguida da Força Sindical e da UGT. Esta última teve o crescimento mais expressivo, representando principalmente a sindicalização de trabalhadores do setor de serviços.

Central	2010			2011		
	Sindicatos	Sindicalizados (em mil)	Índice de represen- tatividade (%)	Sindicatos	Sindicaliza- dos (em mil)	Índice de represen- tatividade (%)
CUT	2.016	2.381	38,32	2.157	2.483	36,50
Força sindical	1.508	877	14,12	1.693	982	14,44
UGT	893	490	7,89	1.037	700	10,29
CTB	493	483	7,77	553	575	8,45
NSCT	843	437	7,04	933	570	8,38
CGTB	379	436	7,02	318	228	3,36
Conlutas	69	116	1,87	125	120	1,76
Outras	67	15	0,24	213	197	2,89
Sem filiação	3.153	977	15,72	2.764	947	13,92
Total	9.421	6.214	100	9.793	6.802	100

Fonte: Valor, 17/04/2012. Informes preliminares do levantamento do MTE.

Seis centrais sindicais tem índice de representatividade de 7 ou acima de 7%. Para ter direito ao imposto sindical, as centrais deveriam alcançar o mínimo de 7% de representatividade, condição, a partir de 2005, de abocanhar os 10% do valor do imposto sindical que vão para as centrais. O índice de representatividade, criado pelo Ministério do Trabalho para avaliar a representatividade das centrais é a razão entre o número de sindicalizados em uma dada central e o total de sindicalizados no país.

Vale assinalar a existência de um elevado número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados não pertencentes a nenhuma central sindical. Dentre eles encontram-se aqueles que se assumem como Intersindical, uma corrente oriunda da CUT pela base.

A expansão do número de associados a sindicatos foi maior nas regiões rurais do que urbanas; nas cidades, o aumento foi mais significativo nas regiões metropolitanas do Nordeste (Pichler, 2011). A filiação aos sindicatos é bastante elevada entre as categorias de trabalhadores das empresas estatais, a exemplo da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e das indústrias metalúrgicas, a exemplo dos sindicatos do ABC e de Campinas.

3. Do ponto de vista ideológico, a maioria do movimento sindical brasileiro pauta-se pela prioridade concedida à defesa do emprego e do alinhamento à política econômica do governo, conhecida pelo termo “neodesenvolvimentismo”. Implicados numa prática de colaboração de classes entre trabalho e capital, a maioria dos sindicatos acabou por transformar o interesse do capital como última instância da luta cotidiana. O embrião dessa posição foi o chamado “sindicalismo de resultados” do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, vinculado à Força Sindical, mas tornou-se a visão dominante no sindicalismo brasileiro.

4. A defesa do emprego em detrimento da resistência à exploração apenas significa a transformação dos sindicatos em instrumento de dominação do trabalho pelo capital. Nesse sentido lembramos as palavras pronunciadas por Carlos Marx em uma das conferências pronunciadas em 1847 na Associação dos Operários Alemães em Bruxelas, conhecidas como “Trabalho assalariado e capital”:

Dizer que a condição mais favorável para o trabalho assalariado é um crescimento tão rápido quanto possível do capital produtivo, é dizer que quanto mais a classe operária aumenta e faz crescer a potência que lhe é hostil, a riqueza alheia que a comanda, tanto mais favoráveis serão as circunstâncias nas quais ser-lhe-á permitido outra vez trabalhar para o aumento da riqueza burguesa, o reforço do poder do capital; satisfeita, ela própria, de forjar as cadeias douradas com as quais a burguesia a arrasta a seu reboque. (K.Marx).

5. Considerando a posição ideológica do trabalho diante do capital, podemos distinguir no movimento sindical três correntes: o sindicalismo de colaboração de classes, o sindicalismo pelego e o sindicalismo de luta e organização independente da classe trabalhadora.

Na primeira corrente situam-se a CUT e a Força Sindical, as forças centralizadoras do movimento sindical. Trata-se de um sindicalismo que, do ponto de vista político, em nome da defesa do emprego, subordina-se ao governo e aos patrões, mas não deixa de mobilizar as bases sindicais e inclusive organizá-las, devido a resistência dos operários nas empresas, a exemplo do que aconteceu na Volks em São José dos Pinhais em 2011, numa greve contra a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) vinculada a metas de produção, assiduidade, etc. imposta à direção sindical filiada à Força Sindical. Sua tarefa é a de conter, impedir e abafar a combatividade dos operários. O questionamento ao atrelamento dos sindicatos ao Estado por parte da CUT é oportunista e limitado ao financiamento por meio do imposto sindical.

O peleguismo compõe a corrente –, da qual a União Geral dos Trabalhadores é a expoente – que se pauta pela pura e simples defesa dos interesses individuais dos trabalhadores, nos estritos limites da Consolidação das Leis do Trabalho; os sindicatos desta corrente atuam como instâncias de homologação de demissões, encaminham no máximo processos dos associados demitidos contra as empresas que não pagam os direitos trabalhistas, etc. Representam os setores menos organizados da classe trabalhadora, sustentando-se principalmente no imposto sindical e no assistencialismo propiciado por esta renda fiscal.

A terceira corrente, a que se pauta pela luta entre trabalho e capital, é minoritária. Oriunda da CUT pela base, na qual desempenhou um papel importante a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo durante a segunda metade dos anos da década de 1980, e que representa a influência difusa das teses da Polop naquela época – estruturase em encontros da Intersindical. Constituída em 2006, opõe-se à criação de centrais sindicais no momento atual, mediante articulação entre sindicatos. Os sindicalistas dessa corrente compreendem que a unidade entre os trabalhadores deve-se fazer na luta, marcada pela defesa da organização independente dos trabalhadores e da prioridade da organização no local do trabalho. Questionam o atrelamento dos sindicatos ao Estado e defendem a autonomia dos sindicatos como organização da classe trabalhadora. São os herdeiros das tradições de luta dos anos 1968 (greves de Osasco e Contagem) e 1978-1980 nas quais a organização independente da classe operária apresentou-se como uma possibilidade.

6. Essa configuração majoritária do sindicalismo brasileiro amplia as bases de apoio e reforça o Estado burguês, legitimando-o. Dentre os mecanismos que a materializam importa assinalar: o agendamento de reuniões das centrais sindicais com o Gabinete da Presidência da República, representado pelo ministro Gilberto Carvalho; a ocupação de pastas ministeriais, a exemplo do Ministério do Trabalho e Emprego; a participação em órgãos colegiados de gestão de fundos públicos, como o CODEFAT ou do Sistema “S”; a participação em fundos de pensão que desempenham papel de investidores institucionais de capital; a representação partidária no Congresso Nacional, como bancada governista.

7. Destes instrumentos, um dos mais claramente identificados com a política de colaboração de classes é a participação dos sindicatos no Conselho Deliberativo do

Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, uma vez que expressa funções delegadas de governo e, portanto, de gestão da dinâmica do capitalismo no que diz respeito ao mercado de trabalho.

As centrais sindicais com índice de representatividade igual ou superior a 7%, a saber, a CUT, a Força Sindical, a UGT, a NCST, a CTB e a CGTB, participam do CODEFAT como representantes dos trabalhadores.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao MTE, destina-se ao custeio do Programa do seguro-desemprego, do Abono salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, atribuição assumida pelo BNDES com o recurso a 40% da fonte do fundo, constituído basicamente pela arrecadação do PIS e do PASEP. No que diz respeito aos programas de desenvolvimento, o CODEFAT autoriza as operações do BNDES, a exemplo da Resolução n. 320, de 29/04/2003, que autorizou o BNDES utilizar 50% dos recursos do FAT que lhe eram destinados em “operações de financiamentos a empreendimentos e projetos destinados à produção ou comercialização de bens com reconhecida inserção internacional”.

Mas a principal atividade e os interesses das centrais sindicais estão concentrados no Sistema Público de Emprego, particularmente no Programa do seguro-desemprego que inclui ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra e a qualificação social e profissional, por meio do Plano de Qualificação de Trabalhadores, a certificação e a orientação dos mesmos no mercado de trabalho. Essas ações são executadas, via de regra, descentralizadamente, por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE) da qual participam entidades contratadas pelos estados e municípios, além de entidades diretamente conveniadas com o MTE, com a participação de Comissões estaduais e municipais de emprego que tem a mesma estrutura tripartite do CODEFAT. **Há 3.109 comissões municipais homologadas num total de 5.563 municípios.**

A gestão direta pelas centrais sindicais é referida em documento oficial do MTE: assim, durante 2005, a CUT geriu postos de habilitação ao seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra em Santo André (1), Guarulhos (2), Diadema (1), enquanto a Força Sindical assumiu postos em São Paulo (2), Osasco (1), Santo André (1), Guarulhos (91), Diadema (1) e Recife (1) e a CGT um posto em Belo Horizonte. A maioria das 150.701 pessoas atendidas por mês foi em postos da Força Sindical.

Os fundos preferidos pelas centrais são aqueles destinados ao Programa de Qualificação Social e Profissional. De acordo com a proposta orçamentária do FAT aprovada para 2012, no valor de receitas de 55 bilhões e 758 milhões de reais, aquele programa teve a destinação de 1 bilhão e 377 milhões de reais.

8. O conflito entre as duas principais centrais sindicais, a CUT e a Força Sindical caracteriza-se pela disputa pela conquista dos sindicatos. Num primeiro momento, essa disputa conduziu à queda do ministro Lupi, para “moralizar” o reconhecimento dos sindicatos praticado a favor da Força Sindical. Desdobra-se na questão do fim do imposto sindical, mediante a substituição pela taxa negocial estabelecida por ocasião

das campanhas salariais. O pluralismo vigente entre as centrais sindicais tende agora a se confrontar com o princípio da unicidade sindical em cada categoria profissional de trabalhadores. A perda de influência recente da CUT em termos da “representatividade sindical” (ver quadro no tópico 3) constitui um indicativo nesse sentido.

9. Todo esse esquema abre caminho para a conquista de mandatos parlamentares ou de prefeituras, convergindo para o fortalecimento do Estado burguês.

10. Importa destacar ainda a degenerescência ideológica do cutismo, tendo na sua liderança os dirigentes dos metalúrgicos do ABC. Constituídos nas greves de 1978 a 1980, aderiram ao sentimento anticapitalista da massa operária e foram, durante um curto tempo, polarizados ideologicamente pela Oposição Sindical Metalúrgica. A ruptura começou cedo, no II Congresso da CUT, em 1986; daí em diante, os dirigentes sindicais do ABC, com Lula na liderança, foram progressivamente dissociando o discurso da prática até que, a partir de 1993, abandonaram definitivamente a perspectiva de enfrentamento do capital. Não se viam, contudo, ainda em condições de aparecerem como “mediadores” da relação capital trabalho. Isso aconteceu apenas mais recentemente, a partir do segundo mandato de Lula e toma a forma de uma ideologia sindical de caráter burguês. Referimo-nos ao documento “Acordo Coletivo Especial”, uma reforma da CLT voltada para a negociação direta dos direitos sociais no âmbito das empresas, e defende a criação de Conselhos Sindicais de Empresa como instrumento para viabilizá-la.

11. Uma análise do documento que justifica e apresenta o ACE, mal consegue disfarçar o anticomunismo, quando, a título de combater um sindicalismo que se diz “combativo no discurso e se apresenta como revolucionário”, numa alusão a todo o espectro que se posiciona à esquerda do sindicalismo neopelego, como a Conlutas e a Intersindical, contrapõe a denúncia do sistema capitalista às “inovações que os tempos atuais exigem”, dentre as quais a “negociação permanente com os representantes das empresas”. A atribuição dos males decorrentes da exploração capitalista e da dinâmica do capitalismo a um suposto “revolucionarismo”, a exemplo da rotatividade da mão-de-obra, as demissões imotivadas, a incidência de doenças profissionais, etc., beira o ridículo. Certamente é uma forma de ocultar o fato de que a subordinação aos interesses do capital, praticada no âmbito desta “negociação permanente com as empresas”, ela sim enfraquece a capacidade de luta dos trabalhadores contra a exploração e seus efeitos. Certamente a negociação se faz necessária, mas há negociações que enfraquecem a luta dos trabalhadores enquanto há outras que fortalecem a luta no dia a dia das fábricas; a negociação deve subordinar-se, portanto, à luta contra a exploração capitalista e pela organização dos trabalhadores no local de trabalho.

12. Face ao conjunto das considerações anteriores, fica evidente que o atrelamento dos sindicatos ao Estado, apesar da posição da CUT contra o imposto sindical, não está em questão na conjuntura atual. Deve-se alertar no que diz respeito ao tema, para o oportunismo dessa central, pois se admite a substituição do imposto por uma taxa negocial estabelecida em assembleia pelos associados dos sindicatos de base, mantém o caráter compulsório para a futura fonte de recurso dos sindicatos e das centrais.

O reconhecimento dos sindicatos pelo Estado mediante a concessão da carta sindical que institui a unicidade sindical é, sem dúvida, o traço mais relevante do atrelamento e funciona como uma forma de correia de transmissão: o movimento sindical, nos termos assinalados por Marx, ajuda a forjar as cadeias douradas com as quais a burguesia arrasta a classe operária a seu reboque. Daí se deduz a necessidade das oposições sindicais como caminho de luta por um sindicato livre das amarras políticas, ideológicas e materiais que o submetem à burguesia. Contudo, no contexto atual deve-se levar em conta o fato de que a maioria das centrais sindicais converge no sentido de suprimir, em suas bases, qualquer oposição aberta que questione a direção do movimento sindical. Trata-se, portanto, de acumular forças no trabalho de base para aproveitar as circunstâncias capazes de promover a conquista das direções sindicais.

13. Em decorrência, no trabalho de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores, o aspecto fundamental é o trabalho de base nas empresas e a educação com base na própria experiência. Isso significa priorizar os momentos de mobilização de massa, como as campanhas salariais e as greves. Entender que estas últimas são “escolas de guerra do trabalho contra o capital” (Lênin), aponta a necessidade, para a corrente socialista no movimento sindical, de ajudar os operários a aprender, durante essas experiências de massas, onde repousa a força dos patrões e a de si mesmo, quais são os aliados de ambos os lados e como o governo se situa frente a eles.

14. Nesse processo de enfrentamento de classes importa considerar os desafios do sindicalismo que luta pela organização independente dos trabalhadores. Em primeiro lugar, o sindicato precisa ser livre das amarras impostas pelo Estado, como o imposto sindical, o reconhecimento e a concessão da carta sindical e a unicidade sindical, para poder assumir o seu papel de resistência à exploração da força de trabalho pelo capital. Mas essa libertação constitui um processo que se desenvolverá ainda dentro dos limites do atrelamento dos sindicatos e aponta a importância das oposições sindicais. Mas estas dificilmente podem se apresentar abertamente, dado o risco da repressão patronal com apoio das correntes sindicais majoritárias. Em segundo lugar, a organização das empresas em escala nacional e mundial limita a resistência dos trabalhadores; cada vez mais, em consequência, o movimento sindical precisa assumir uma organização nacional e internacional. Em terceiro lugar, a perspectiva de confronto de classes deve situar a necessidade do socialismo como única forma de superar o capitalismo.